



Índice

- 01** Comunidades quilombolas Manoel João e Curralinho recebem projeto Conhecer
Direito na quinta-feira
- 02** Comunidade quilombola do Sertão recebe posse de 897 hectares de terra
- 03** Caravana da Saúde atendeu quase cinco mil ribeirinhos no Baixo Rio Branco
- 04** Comissão Intergestores Bipartite discute saúde da mulher indígena
- 05** PT questiona no STF lei usada pelo governo federal para criar o Instituto Nacional
de Saúde Indígena
- 06** Cimi leva a questão indígena brasileira para oficina da OIT em Buenos Aires
- 07** Brasileiro é preso no Peru suspeito de matar quatro índios asháninka
- 08** Com atraso de 3 anos, julgamento da morte do cacique Nísio Gomes pode levar
mais 5 anos
- 09** Comunidade tradicional de Caraíbas/MG tem seu direito de ir e vir negado por
fazendeiros locais
- 10** AM – Justiça prorroga prazo para defesa de indígenas Tenharim
- 11** MG – Quilombolas que vivem na Granja Werneck terão direitos garantidos
- 12** Irregularidades suspendem votação de licença para minerodutos em MG
- 13** Luta contra a demarcação de terras indígenas. Prioridade da CNA



- 14 Frente da Agropecuária comemora decisão do STF que invalidou demarcação indígena
- 15 Com atraso de 3 anos, julgamento da morte de índio pode levar 60 meses
- 16 Alunos de História da Unesc conhecem tribo indígena
- 17 Incra conclui análise de contestações sobre valor da 'Terra Indígena Buriti'
- 18 Conferência Mundial dos Povos Indígenas termina hoje
- 19 Pesquisa da FE mostra como escola indígena intervém na sua comunidade
- 20 Nota de repúdio do Povo Apinajé contra a proposta de criação do INSI
- 21 Cansados de passar fome, 250 indígenas Kaiowá retomam parte do território ancestral de Kurusu Ambá
- 22 Mulheres e indígenas ainda são sujeitos invisíveis nas candidaturas eleitorais
- 23 Estudo questiona viabilidade econômica de usinas do Tapajós
- 24 Incra conclui análise, rejeita proposta de produtor e avalia terra em R\$ 80 mi
- 25 DPU solicita correção em edital de estudo do Incra sobre Rio dos Macacos
- 26 Estudo cita risco de desaparecimento de indígenas no Brasil e outros países
- 27 Projeto de reflorestamento de áreas indígenas terá apoio da iniciativa privada
- 28 iMIRA! Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas
- 29 Líderes indígenas são mortos e suspeitas recaem sobre narcotraficantes e madeireiros ilegais
- 30 'Lu' representará os ruralistas e indígenas



Comunidades quilombolas Manoel João e Curralinho recebem projeto Conhecer Direito na quinta-feira

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 23.09.2014

Na próxima quinta-feira (25) as comunidades quilombola Manoel João e Curralinho, que pertencem à jurisdição do município de Porto Nacional, vão receber juntamente com as atividades da Defensoria Pública Quilombola, o Projeto Conhecer Direito, idealizado pela Adpeto e executado em parceria com a Defensoria Pública do Tocantins e Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

Conhecer Direito é uma ação cultural que objetiva levar Educação em Direitos para crianças, adolescentes e comunidades quilombola do Tocantins, de maneira lúdica e divertida, em linguagem teatral. A ação contribui para a disseminação dos direitos dos cidadãos e ressalta o papel da Defensoria Pública para assegurá-los. O projeto faz parte da Campanha Nacional da Anadep, cujo objetivo é valorizar o trabalho do defensor público.

As atividades culturais acontecerão durante os atendimentos do Projeto Defensoria Quilombola, que foi idealizado pelo Núcleo de Ações Coletivas da Defensoria Pública – NAC, e pelo Núcleo da Defensoria Pública Agrária – DPAagra, com o objetivo de tutelar os direitos de todas as Comunidades tradicionais de origem Quilombola no âmbito do Estado do Tocantins. O objetivo deste projeto é garantir os direitos deste nicho da sociedade, adotando instrumentos extrajudiciais e judiciais imprescindíveis à dignidade da pessoa humana.

Espetáculo

O espetáculo foi criado pela equipe do Grupo de Teatro Um Dois, em uma parceria com o Instituto de Desenvolvimento, Educação, Interação e Apoio (Ideia).

A dinâmica deste trabalho consiste na realização de um mini espetáculo adaptado da história infantil Os Saltimbancos, que apresenta diversos problemas enfrentados pelos personagens e a maneira criativa que estes encontram para solucioná-los. As situações vividas na história contada se assemelham às enfrentadas diariamente pelas pessoas, como a falta de transporte público, falta de acesso à comunidade, má qualidade da saúde pública, maus tratos, trabalho escravo, entre outros.

“As questões levantadas pelos personagens da peça teatral são muito parecidas com as histórias vividas pelos nossos assistidos, por isso achamos que é uma excelente maneira de apresentar à sociedade o trabalho do Defensor Público e o que a Defensoria Pública pode fazer pela garantia dos direitos das pessoas”, conclui Fabio Monteiro dos Santos, presidente da Adpeto.

Programação

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

25/09 - Comunidades Curralinho do Pontal e Manoel João - Brejinho de Nazaré - Jurisdição de Porto Nacional

8h30 - Chegada à Comunidade (Adaptação de espaços e organização de estrutura da apresentação)

10h - Abertura com a apresentação do teatro do Projeto Conhecer Direito

10h40 - Apresentação e interatividade dos Defensores Públicos presentes com os personagens do teatro

11h - Perguntas da Comunidade aos defensores públicos

12h - Almoço

14h - Apresentação dos parceiros e atendimentos individuais (Ascom Adepto)



Comunidade quilombola do Sertão recebe posse de 897 hectares de terra

SÍTIO G1, 23.09.2014

Títulos são referentes a territórios que ainda não haviam sido indenizados. Áreas são entregues em nome de associação quilombola.

Juliane Peixinho Do G1 Petrolina

A comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, em Salgueiro, no Sertão pernambucano, recebeu nesta segunda-feira (22) a posse definitiva de 897 hectares de terra. Três títulos garantem a doação de áreas referentes a propriedades que já pertenciam à comunidade, mas que não haviam passado por indenização fundiária.

De acordo com o gestor do Serviço de Regularização do Território Quilombola do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rodrigo Beserra, o território de Conceição das Crioulas está na etapa de desapropriação. "Existem várias propriedades para compor o território como um todo. Aos poucos estamos fazendo o trabalho de indenização e esses títulos estão sendo entregues em nome da associação quilombola", explica.

O território de Conceição das Crioulas chega a 17 mil hectares. Segundo Rodrigo, foi respeitada a indenização da malha fundiária e esses títulos que estão segundo entregues fazem parte das propriedades desse território. A entrega do título é feita em nome de uma pessoa jurídica e a gestão do território é da comunidade.

Um dos membros da coordenação executiva da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas, Antônio João Mendes, relata que a entrega dos títulos de posse corresponde as fazendas 'Velha' e 'Chapada'. "Essa terra foi parte do território adquirido em 1802 por meio do cultivo do algodão. Com o passar do tempo, a terra foi tomada pelos fazendeiros durante a Ditadura Militar. E dos mais de 16 mil hectares tomados, a comunidade só recebeu menos de mil hectares", explica.

Antônio João disse que esse é apenas um dos primeiros passos da luta pelo território. "Hoje temos 780 famílias e mais de quatro mil habitantes e área hoje não comporta a demanda e pensando isso a cem anos como vai ficar", ressalta.

Com a posse dos títulos, a associação está colocando em prática um projeto de gestão dos territórios quilombolas que está proporcionando a organização dos espaços para plantação, criação de animal e moradia.



Caravana da Saúde atendeu quase cinco mil ribeirinhos no Baixo Rio Branco
SÍTIO BV NEWS, 23.09.2014

Em 2014, a novidade foi a disponibilidade da ultrassonografia abdominal, pelo médico urologista

Após duas semanas de ação, em 15 comunidades ribeirinhas, na região do Baixo Rio Branco, a Caravana da Saúde retorna à Boa Vista com quase 5.000 pessoas atendidas. Foram atendimentos nas áreas de clínica médica e diversas especialidades, além de realização de exames, procedimentos odontológicos, enfermagem, como também imunização, dispensação de medicamentos, emissão do cartão do SUS e confecção de óculos.

Ao todo, foram registradas 290 emissões do Cartão do SUS e confecção de óculos, expedição de 721 receitas e distribuição da linha básica de medicamentos, 334 consultas de pediatria, 432 de clínica médica, 301 de urologia, 222 de ginecologia, 259 de oftalmologia, 586 procedimentos odontológicos, 15 exames preventivos, sete lâminas de malária, 1.238 atendimentos de triagem, aplicação de 440 doses de vacinas e 23 procedimentos de enfermagem. Tudo isso, resultou em 4.868 atendimentos e procedimentos, nesta edição 2014.

Entre as comunidades beneficiadas estão Santa Maria do Boi Açú, Santa Maria Velha, Sacai, Canauini, Lago Grande, Terra Preta, Cachoeirinha, Caicubi, Panacarica, Remanso, Floresta, Nova Vista, Itaquera, Samaúma e Xixuaú.

A ação coordenada pelo Departamento de Políticas de Saúde Itinerante (DPSI) envolveu profissionais do Núcleo Estadual do Programa Nacional de Imunização (NEPNI), Coordenadoria-Geral de Assistência Farmacêutica (CGAF), Coordenadoria-Geral de Regulação, Avaliação e Controle (CGRAC) e a Coordenadoria de Vigilância em Saúde (CGVS).

Conforme o diretor do DPSI, Érich Berger, a expectativa era realizar aproximadamente dois mil atendimentos, mas a meta foi superada. "Conseguimos manter a programação e realizar os testes de glicemia, aferição de pressão, a pesagem e a triagem onde foi feito o atendimento prévio e verificada a real necessidade do paciente, ou seja, nenhuma pessoa ficou sem atendimento", esclareceu.

Em 2014, a novidade foi a disponibilidade da ultrassonografia abdominal, pelo médico urologista, de forma que o serviço foi complementado com a realização de exames de ultrassonografia da próstata, de bexiga e testículos. "Foi um serviço a mais disponibilizado pelo profissional que ampliou a meta estabelecida para esse ano, e proporcionou à população ribeirinha um atendimento mais amplo e de qualidade", complementou.

Os trabalhos da Caravana ainda não encerraram, a equipe seguirá o cronograma de entrega dos óculos solicitados durante as consultas oftalmológicas. "Na medida que foi identificada a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

necessidade, foram feitos os registros para confecção dos óculos. Ou seja, nossa proposta de oferecer serviços médicos, disponibilizar exames, além de outros serviços à população que mora em áreas de difícil acesso, e que muitas vezes não tem como se deslocar a capital, foi concluída. Agora é só aguardar a produção para retornarmos e realizar a entrega, e com isso concluir o trabalho proposto", finalizou.



Comissão Intergestores Bipartite discute saúde da mulher indígena

SÍTIO AQUI ACONTECE, 23.09.2014

A 6ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) de Alagoas aconteceu nesta segunda-feira (22) com a participação de gestores e técnicos da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau) e do Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems). O encontro foi realizado no auditório do Conselho Regional de Psicologia, no Farol, em Maceió.

A reunião foi presidida pelo secretário de Estado da Saúde, Jorge Villas Bôas, e contou com a presença das superintendentes da Sesau, Alice Atayde (Gestão e Participação Social) e Lidian Navarro (Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria). Também participaram da mesa, a presidente e a vice do Cosems/AL, Normanda Santiago e Michelle Oliveira, e a secretária de Saúde de Maceió, Sylvana Medeiros.

Durante a reunião, foi apresentada a realidade da saúde da mulher indígena no Estado. De acordo com a representante do Distrito Sanitário Especial Indígena de Alagoas e Sergipe (DISEI/AL-SE), Clícia Padilha, existe uma necessidade de complementar a Atenção Básica dessas mulheres que vivem em 29 aldeias do Estado, situadas em nove municípios alagoanos e em um município sergipano.

“As índias que residem em São Sebastião, Feira Grande, Palmeira dos Índios, Porto Real do Colégio, Joaquim Gomes, Traipu, Inhapi, Água Branca e Pariconha, além do município sergipano de Porto da Folha, que fica às margens do rio São Francisco, enfrentam dificuldade de referência na hora de dar a luz e para realizar exames de citologia”, salientou Clícia Padilha.

Diante do contexto, o secretário Jorge Villas Bôas informou que serão realizados encaminhamentos práticos com a garantia de resultados rápidos, para um assunto que, ele lembrou, está presente não só em relação à saúde das mulheres indígenas, mas também de todas as alagoanas.

Outro dado que chama atenção é que, principalmente nos municípios de Palmeira dos Índios e Porto Real do Colégio, o número de parto cesariano representa 50% ou mais do que a quantidade de parto normal. “Nem mesmo as nossas índias estão tendo direito ao parto normal. Por isso é pertinente discutir a referência com estados vizinhos”, comentou Sylvana Medeiros.

O secretário Jorge Villas Bôas lembrou que a porta de entrada entre os estados existe. “Precisamos evoluir nessa discussão que já foi avaliada tecnicamente”, analisou ele, informando que a próxima reunião será na cidade de Juazeiro (BA) com gestores de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco.

Pontos de discussão - Durante a reunião, também foram abordados pontos de apreciação e
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

pactuação, como a alteração da Rede de Atenção da Pessoa com Deficiência da 1ª Região de Saúde e a implantação do Serviço de Oncologia na Santa Casa de São Miguel dos Campos.

Também foi discutido o novo mapa de vinculação da Rede Cegonha para a 4ª Região de Saúde, a implantação do Serviço de Tomografia Computadorizada em São Miguel dos Campos, além dos planos de ação de Vigilância Sanitária em diversos municípios. Ainda foi apresentada a habilitação do Caps I em Maragogi e dos Núcleos de Epidemiologia em Arapiraca e Pão de Açúcar.

por Agência Alagoas



PT questiona no STF lei usada pelo governo federal para criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena

SÍTIO CIMI, 23.09.2014

O ano era 1998, ápice do governo neoliberal de FHC. Entre privatizações e a implementação da cartilha do Estado Mínimo, o Congresso Nacional aprovou as leis 9.637 e 9.648. Tais normas dispensam de licitação a celebração de contratos entre o Poder Público e as organizações sociais para a prestação de serviços públicos, dentre eles a saúde. Naquele mesmo ano, PT e PDT questionaram as leis e ajuizaram no Supremo Tribunal Federal (STF), com pedido liminar, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1923.

Dezesseis anos se passaram, o PT chegou ao Palácio do Planalto e hoje no governo federal faz uso destas mesmas leis para privatizar a saúde indígena com a criação do paraestatal Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), no âmbito do Ministério da Saúde. A ADI segue sob análise do STF e a propósito de desculpas quanto ao caráter amplo da composição política do governo, a Saúde é uma das pastas que o PT, na distribuição de cadeiras, jamais deixou de abrir mão. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), mentora do INSI, é capitaneada por um grupo de petistas, alguns históricos, ligados ao diretório partidário de Brasília (DF).

Como a Sesai não tornou público o documento com a proposta de criação do INSI, informações obtidas pelo Cimi junto a integrantes do governo federal dão conta de que a Lei 9.637 é um dos principais argumentos dos defensores da proposta contra as acusações de que a criação do instituto seria inconstitucional. Neste caso, integrantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além da própria Sesai, tomaram a lei como porta de saída para a criação do instituto, diante do fato de que não cumpriram prazos acordados com o Ministério Público Federal (MPF) para a realização de concursos públicos destinados à saúde indígena.

Caso o paraestatal INSI chegue ao Congresso Nacional para ser apreciado como Projeto de Lei (PL), a bancada do PT terá diante de si dois caminhos em rota de colisão: o que o partido expressa na ADI e o posicionamento do próprio governo, que se apoia em uma lei neoliberal para impor a privatização à saúde indígena. Além disso, o Cimi apurou com fontes ligadas ao governo federal de que o PL da privatização da saúde indígena está pronto ao menos desde abril deste ano, circulando inclusive no Ministério da Justiça.

“Se trata de um processo de privatização”

Os requerentes da ADI, PT e PDT, argumentam que a Lei 9.637 e diversos artigos 9.648, ambas de 1998, permitem ao Poder Executivo “transferir para entidades de direito privado não integrantes da administração pública atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, à prestação de serviços públicos nessas áreas”.

CONT.



Para o PT, "se trata de um processo de privatização dos aparatos públicos por meio da transferência para o setor público não estatal dos serviços nas áreas de ensino, saúde e pesquisa, dentre outros, transformando-se as atuais fundações públicas em organizações sociais (sic)". O partido defende na ADI que a lei promove "profundas modificações no ordenamento institucional da administração pública brasileira". Em 2009, em ocasião de análise da ADI no plenário do STF, a Procuradoria Geral da República (PGR) concordou com tais argumentos impressos na ADI.

Na ação, os requerentes atacam ainda a forma de gestão e aplicação dos recursos públicos da lei orçamentária "sem, todavia, submeter-se às limitações estabelecidas para as entidades administrativas estatais". Caso o paraestatal INSI seja criado, mais de R\$ 1 bilhão anual destinado à saúde indígena passará a ser gerido fora do âmbito do controle estatal, sem licitações ou fiscalização dos órgãos de controle da União. Tampouco do MPF. Isso só ocorrerá, conforme os artigos das leis questionadas pelo PT na ADI, diante de pedido do próprio governo.

A sustentação dos impetrantes da ADI afirma que as prestações dos serviços públicos se afastam do núcleo central do Estado "mediante um modelo mal acabado de transferências de responsabilidades públicas a entes privados". Tais "entes", diz a argumentação, "por não prescindirem da atuação subsidiária do poder público, terminam por se transmutarem pessoas funcionalmente estatais, porém despidas da roupagem que é própria do regime de direito público".

Ou seja, o privado mostra aparência de público na prestação do serviço, mas sem as obrigações inerentes ao regime público – que é exatamente onde se enquadra o caso do INSI. Os partidos acrescentam na ADI que preterir licitações para a concessão ou permissão de serviços públicos fere o artigo 175 da Constituição Federal. "Não seria o caso de permissão e concessão", salientam os requerentes, "mas de mera terceirização de serviços mediante contrato com pessoa privada".

Concurso público

Ao PT não escapou na ADI o concurso público, reivindicação dos povos indígenas. Conforme o descrito na ação, a contratação seria discricionária, feita sem a prévia realização de concurso público, em violação aos princípios da impessoalidade, da eficiência e da isonomia. Outro ponto tange os salários dos dirigentes e empregados destes entes privados, as tais organizações sociais, que pagos com dinheiro público não receberiam valores fixados e tampouco atualizados por lei.

"A criação das chamadas organizações sociais e seu processo de qualificação conforme estabelecidos na lei desrespeitam a Constituição Federal", dizem os partidos na ADI. "A criação das organizações se dá mediante um processo induzido de substituição de entes públicos por entes privados criados por encomenda, ad hoc, para assumir funções antes a cargo do Estado", conclui.

Andamento da ADI

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

A ADI segue em tramitação na Suprema Corte. Em 1º de agosto de 2007, os ministros do STF mantiveram as leis, por maioria de votos, indeferindo assim a liminar impetrada pelo PT e PDT. Porém, o relator, ministro Ilmar Galvão, se aposentou e o ex-ministro Carlos Ayres Britto assumiu a relatoria, retomando o julgamento de mérito da norma. Ayres Britto votou pela procedência parcial da ADI. Na sequência, em 2011, votou o ministro Luiz Fux, acompanhando o relator. Neste mesmo ano, o ministro Marco Aurélio Mello pediu vistas e ainda não pronunciou sua posição derradeira.

Leia aqui o histórico e andamento da ADI no STF

<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1739668>

Como é possível constatar na tramitação da ADI, diversos sindicatos ligados à saúde pública se manifestaram a favor da ação. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) se posicionou em plenário corroborando com os argumentos da ADI.



Cimi leva a questão indígena brasileira para oficina da OIT em Buenos Aires

SÍTIO CIMI, 24.09.2014

Teve início nesta segunda-feira (22), em Buenos Aires, Argentina, o Taller Regional sobre Sector Rural, Cambio Climático y Trabajo Decente, oficina organizada pelo Centro Internacional de Formação, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com a Rel-UITA

Por Gilberto Vieira,
secretário adjunto Cimi

Esta oficina é o resultado da articulação entre a OIT e organizações sindicais de relevante atuação na América Latina como a União Argentina de Trabalhadores Rurais e Estivadores/Argentina (UATRE), a Regional Latino-Americana da União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação/Uruguai (Rel-UITA) e a Confederação Sindical de Trabalhadores/as das Américas (CSA).

Convidado pelos organizadores, o Cimi está participando da oficina no intuito de aprofundar as relações e as articulações com as organizações sindicais e com a OIT, além de levar informações sobre a situação dos povos indígenas do Brasil.

Participam da oficina representantes de organizações sindicais do Peru, El Salvador, Chile, Espanha, Equador, Costa Rica e Colômbia. As organizações sindicais brasileiras se fazem presentes através de três representantes da Confederação dos Trabalhadores/as na Agricultura (Contag) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Em suas falas de abertura, na mesa que contou com a participação do Ministro do Trabalho da Província de Buenos Aires, Oscar Antonio Cuatango, de Gerónimo Venegas, presidente da UATRE e de Gerardo Iglesias, secretário regional da Rel-UITA, destacou-se a importância do debate em torno dos temas da oficina, além do papel relevante que tem cada uma das organizações no envolvimento da sociedade para que as mudanças climáticas, por exemplo, sejam um assunto aprofundado por toda a sociedade.

Neste primeiro dia, a partir das contribuições de Jesús Garcia (OIT), Carmen Benites (OIT América Latina e Caribe) e Fabio Bertranou (OIT-Argentina), os participantes debateram sobre as questões relativas ao tema "Trabalho Decente, Desenvolvimento Sustentável e a Agenda Pós 2015". Ainda, na sequência foram socializadas as experiências das organizações sindicais e o duro processo enfrentado pelos trabalhadores que buscam se organizar por seus direitos na América Latina.

Com a previsão de encerramento para a sexta-feira (26), a oficina ainda aprofundará outros temas além de apontar para compromissos dos setores e organizações participantes.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

Além do agradecimento pelo convite, o representante do Cimi colocou a sua entidade à disposição para colaborar no processo de debate e fortalecimento dos trabalhadores e trabalhadoras na luta por seus direitos na América Latina.

A partir de um convênio de cooperação e de uma intensa articulação entre Cimi e a Regional Latino-americana, foi apresentado pela Rel-UITA à OIT a começar do mês de setembro um Dossiê sobre a situação dos Povos Indígenas do Brasil.



Brasileiro é preso no Peru suspeito de matar quatro índios ashaninka

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

Por Altino Machado, no Blog da Amazônia

Um cidadão brasileiro de 63 anos, com dupla identidade, foi preso pela Polícia Nacional peruana suspeito de envolvimento no assassinato de quatro líderes indígenas da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto, no dia 1º de setembro, na região de Ucayali, na fronteira com o Peru, cuja capital é Pucallpa.

O homem, que é madeireiro e usa duas identidades, como Adeuso Mapez Francisco Rodriguez e Anderson Mapez de Souza, foi preso na localidade de Alto Tamaya-Saweto. Os indígenas Edwin Chota Valera, Jorge Ríos Pérez, Leoncio Quinticima Melendez e Francisco Pinedo, da etnia ashaninka, foram assassinados a tiros quando se deslocavam dentro da floresta com destino a aldeia Apiwtxa, no Brasil, na fronteira dos dois países.

Os indígenas participariam de uma reunião com lideranças da mesma etnia do lado brasileiro da fronteira sobre estratégias de continuidade de ações de vigilância e fiscalização, para impedir a ação de narcotraficantes e de madeireiros, que exploram a região ilegalmente.

A Justiça peruana ordenou a transferência do brasileiro para a cidade de Pucallpa, onde ele está detido. Ele nega envolvimento nas mortes dos ashaninka.

O indígena Edwin Chota, líder da Comunidade Nativa Alto Tamaya-Saweto e fundador da Associação de Comunidades Nativas de Masisea Ashaninka e Callería, lutava contra a exploração madeireira e o desmatamento na Amazônia peruana.

Chota chegou a formalizar junto às autoridades peruanas as ameaças de morte que recebera dos madeireiros que exploram ilegalmente a região. O brasileiro Adeuso Mapez Francisco Rodriguez ou Anderson Mapez de Souza, também conhecido como Capelon, aparece em fotografias feitas pelos ashaninka e entregues ao governo peruano como um dos invasores do território indígena.

Apenas um corpo dos quatro indígenas foi localizado até agora por membros da comunidade Alto-Saweto Tamaya. Um helicóptero e quadro helicópteros chegaram a ser usados na tentativa de resgate dos corpos, mas suspeita-se que os corpos tenham sido arrastados pelas águas.



Com atraso de 3 anos, julgamento da morte do cacique Nísio Gomes pode levar mais 5 anos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

Aliny Mary Dias, Campo Grande News

No próximo dia 18 de novembro, a morte do cacique guarani-kaiowá Nísio Gomes completa três anos e o processo que apura o envolvimento de 19 pessoas no assassinato do líder indígena terá as primeiras audiências nesta quarta (24) e quinta-feira (25). As testemunhas de acusação serão ouvidas no Fórum de Ponta Porã, distante 323 quilômetros da Capital e todo o processo de oitiva pode levar até cinco anos.

O processo tramita desde janeiro de 2012, quando a denúncia do MPF (Ministério Público Federal) foi aceita pela Justiça Federal. Nísio desapareceu no dia 18 de novembro de 2011, durante confronto entre índios e seguranças de produtores rurais, na Fazenda Nova Aurora, em Aral Moreira, distante 364 quilômetros de Campo Grande. Testemunhas e a investigação policial afirmam que o cacique foi morto a tiros por pistoleiros e o cadáver ocultado.

No último dia 24 de julho desse ano, a data das primeiras audiências foram designadas pela Justiça. Serão ouvidas neste quarta-feira as testemunhas Dilo Daniel, Simone Lopes, Valmir Gonçalves Cabreira, Roseli Daniel e Ruth dos Santos Martins. As oitivas começam às 14 horas no fórum de Ponta Porã.

Na quinta-feira serão ouvidas as testemunhas Luis Antônio Ebling do Amaral, Paloma Brígido Machado Alves e Juliana Mello Vieira. Também serão ouvidos os informantes Jhonataon Velasques Gomes, Adesildo Brites e Diorge Peloi.

Desde o início da semana, lideranças da Comunidade Guaiviry, que reivindicam há anos a demarcação de terras entre Aral Moreira e Ponta Porã, estão reunidas. O grupo de lideranças deve protestar em frente ao fórum durante os dois dias de audiência para mobilizações e rezas.

O advogado do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Luiz Henrique Eloy Amado, afirma que em razão da quantidade de acusados, já era esperada a demora na oitiva das testemunhas. "Nós já imaginávamos que seria em 2014 porque a denúncia do ministério público foi feita em 2012 e são muitos acusados, alguns continuam presos e outros estão com medidas cautelares e respondem em liberdade", diz.

A previsão é que a fase de instrução, como é conhecida judicialmente o período de oitivas de testemunhas e réus, demore pelo menos mais cinco anos para ser concluída. Entre os 19 acusados há agricultores, advogado, funcionário público, servente de pedreiro, donos e funcionários da empresa Gaspem segurança, com sede em Dourados.

Para o MPF, a Gaspem é uma milícia privada que opera "de forma indiscutivelmente ilícita". A
CONT.



investigação revelou que a empresa chegava a receber R\$ 30 mil para cada desocupação violenta. Seguranças eram contratados para intimidar e aterrorizar as comunidades indígenas. A empresa foi fechada em março deste ano pela Polícia Federal.

Dos 19 acusados, três respondem por homicídio qualificado, lesão corporal, ocultação de cadáver, porte ilegal de arma de fogo e corrupção de testemunha. Outros quatro por homicídio qualificado, lesão corporal, ocultação de cadáver, porte ilegal de arma de fogo e 12 por homicídio qualificado, lesão corporal, quadrilha ou bando armado e porte ilegal de arma de fogo.

Ação e morte – De acordo com a denúncia do MPF à Justiça, a comunidade indígena ocupou a área de mata da fazenda em 1º de novembro de 2011. Depois disso, um grupo, que conforme a denúncia agia a mando de produtores rurais, começou a planejar a retirada dos guarani-kaiowás.

A ação foi colocada em prática na madrugada do dia 18 de novembro. Segundo o MPF, ao chegar na trilha que dá acesso ao interior do acampamento, o grupo abordou o cacique Nísio Gomes, que na época tinha 55 anos, e ele resistiu à ação.

O confronto mais intenso começou a partir daí e Nísio Gomes acabou baleado. O corpo do indígena até hoje não foi encontrado, buscas foram feitas até no Paraguai, após depoimentos, que depois foram definidos como “resultado de coação”, indicarem que o cacique vivia em uma comunidade paraguaia.



Comunidade tradicional de Caraíbas/MG tem seu direito de ir e vir negado por fazendeiros locais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

A comunidade quilombola, pesqueira/vazanteira de Caraíbas luta para reabrir sua estrada histórica, patrimônio da União, e é ameaçada de forma violenta por fazendeiros da região.

CPP Nacional

A comunidade tradicional composta por pescadores/as, quilombolas e vazanteiros de Caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas Gerais, luta para reabrir sua estrada que há anos foi fechada de forma ilegal por fazendeiros da localidade. O direito de ir e vir é negado à esse grupo, e dentre os grandes danos dessa medida arbitrária estão o prejuízo escolar para as crianças que possuem obstáculos para chegarem às suas escolas, e a dificuldade em acessar direitos básicos como saúde e segurança.

Com a passividade do poder público em relação ao caso e cansados de esperar por medidas justas, no último domingo, 21, a comunidade iniciou um movimento para reabrir a estrada que pertence a União e dá acesso à cidade e comunidades vizinhas. Como resposta, os fazendeiros, com respaldo da política, entraram com violência e ameaçando os homens e mulheres que exercem o direito democrático de lutar por seus direitos.

O Conselho Pastoral dos Pescadores em Minas Gerais (CPP/MG) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) publicaram carta em apoio ao movimento da comunidade de Caraíbas e solicitam ações dos órgãos competentes para que o conflito seja solucionado. Confira a carta com mais informações:

No último domingo, 21, a comunidade quilombola, pesqueira/vazanteira de caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas Gerais, iniciou um mutirão para a reabertura de sua estrada histórica de acesso à cidade e comunidades vizinhas. Há alguns anos, os fazendeiros da região fecharam a estrada com cercas e cancelas, proibindo a passagem do povo. Sem manutenção, o mato e a erosão invadiram a estrada.

As crianças têm tido enormes prejuízos escolares devido à falta de transporte favorável. A prefeitura local não enfrenta o problema e uma lancha escolar faz um transporte muito precário. Somente este ano, os alunos já perderam mais de 60 dias letivos em decorrência de falhas técnicas e políticas/administrativas do município. Ontem, segunda-feira, teve-se notícia de que, mais uma vez a lancha não funcionará. O transporte pela estrada é muito mais rápido comparado ao fluvial. A seca do São Francisco aumentam ainda mais as dificuldades.

A comunidade vem sofrendo com a negação do seu direito de ir e vir, sobretudo, em situações que demandam serviços de urgência, como o acesso ao serviço médico/hospitalar, à segurança pública, dentre outros, ficando à mercê dos funcionários das fazendas ou do transporte fluvial, inadequado para muitos dos casos, especialmente neste tempo de longa estiagem.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

A comunidade de Caraíbas e adjacências, cansada de esperar por providências dos órgãos públicos e diante da lentidão do poder judiciário, enfrentando inúmeras dificuldades que afetam o exercício dos seus direitos, decidiu organizar um mutirão e reabrir sua estrada. Domingo, durante o mutirão comunitário, seis policiais militares, acompanhados de preposto da fazenda, chegaram até o grupo de mais de 50 homens e mulheres. Segundo os trabalhadores e as trabalhadoras, a polícia chegou apontando as armas para seus grupos. O preposto da fazenda, em frente dos policiais, estava muito exaltado e fez ameaças violentas à comunidade e disse que iria expulsá-la do local e fechar o "mata-burro" construído no mutirão, o que estava sendo efetivado na tarde de ontem, tencionando ainda mais o clima naquela localidade.

A estrada está em área da União, mas os fazendeiros se apropriam de forma ilegal e interrompem os acessos da comunidade cerceando seus direitos. Segundo os moradores daquelas mediações, apesar da cancela fechada e de outros limites impostos, cerca de 500 pessoas circulam por esta estrada diariamente.

Contrários a toda a situação de opressão e de negação de direitos, manifestamos nosso apoio à resistência histórica do povo da comunidade Caraíba e adjacências.

Solicitamos aos órgãos competentes providências urgentes, no intuito de evitar que tragédias maiores aconteçam neste processo de conflitos há tanto tempo denunciados nos diversos órgãos estatais competentes!

Pedras de Maria da Cruz, 22 de Setembro de 2014.

Conselho Pastoral dos Pescadores/CPP

Comissão Pastoral da Terra/CPT

Contatos: (38) 3742-2237



AM – Justiça prorroga prazo para defesa de indígenas Tenharim

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

Advogados terão até dia 25 de setembro para encaminhar defesa prévia. Índios Tenharins continuam presos em Lábrea aguardando transferência.

Adneison Severiano, do G1 AM

A Justiça do Amazonas prorrogou o prazo para que o advogado dos seis índios da etnia Tenharim, acusados de assassinar três homens que viajavam pela Rodovia Transamazônica (BR-230), no Sul do Amazonas em dezembro de 2013, entregue a defesa prévia. A nova data limite encerra no próximo dia 25 deste mês. Cinco indígenas continuam presos em Lábrea, a 702 km de distância de Manaus.

Ao todo, seis indígenas são réus na ação criminal pelos assassinatos do vendedor Luciano Freire, do professor Stef Pinheiro de Souza e do funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador. As três vítimas desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013. Os corpos dos três foram encontrados em fevereiro deste ano durante uma operação de buscas pela área da Transamazônica (BR-230). Atualmente, cinco indígenas estão presos pelos crimes. O sexto suspeito aguarda julgamento em liberdade.

Em abril deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou o grupo de índios por triplo homicídio duplamente qualificado, sendo que quatro indígenas também serão julgados por ocultação de cadáver.

O primeiro prazo para a entrega da defesa prévia dos réus encerrou na primeira semana de setembro. Um novo período foi concedido pelo judiciário, que encerrou no dia 15 de setembro. Os advogados dos índios não protocolaram a defesa prévia na data, mas o prazo foi prorrogado pela Justiça.

O juiz Jeferson Galvão de Melo, titular da 1ª Vara, que responde pela 2ª Vara da Comarca de Humaitá, onde a ação criminal tramita, explicou que a prorrogação do prazo de entrega até dia 25 foi alternativa encontrada para evitar adiamento por um período mais extenso. Isso porque, segundo o magistrado, se não houvesse a prorrogação, um defensor público estadual seria nomeado e haveria um novo atraso de mais 30 dias para entrega da defesa prévia.

“Os indígenas estão sendo defendidos por um advogado da Procuradoria da Funai [Fundação Nacional do Índio] de Palmas [Tocantins]. O advogado precisava entrevistar pessoalmente os índios presos. Só agora ele foi para Lábrea e esteve na aldeia dos índios. Me reuni com o advogado e ele disse que está se preparando para fazer a defesa prévia. Na defesa prévia é onde são relacionadas as testemunhas que devem ser convocadas. O processo é complexo”, justificou o magistrado.

CONT.



Após o procedimento, a Justiça do Amazonas deve marcar a primeira audiência de instrução e julgamento, prevista para ocorrer em novembro. Na ocasião, o juiz analisará se os réus irão a Júri Popular ou não.

Transferência

Os índios Tenharins foram presos no dia 30 de janeiro deste ano e levados para a Penitenciária Estadual Edvan Mariano Rosendo (Panda), em Porto Velho (RO). No dia 4 de fevereiro, o grupo foi transferido para outra unidade prisional de Rondônia – Centro de Ressocialização Vale do Guaporé.

No dia 3 de setembro, cinco dos seis indígenas foram transferidos para Lábrea. O grupo chegou a passar por Humaitá e gerou princípio de tumulto na cidade, onde os crimes ocorreram. A Justiça pediu que o grupo não permanecesse em Humaitá para evitar novos conflitos.

Inicialmente, os índios permaneceriam durante 15 dias em Lábrea. Entretanto, o período encerrou no último dia 17 e o grupo indígena irá continuar por mais alguns dias no município enquanto um novo local seja definido. O juiz Jeferson Galvão de Melo antecipou que o grupo deve ficar sob custódia de um dos dez municípios do Sul do estado.

“Ainda não definimos o local para onde os índios serão transferidos. Estou conversando com um representante da presidência da República no sentido de arrumar um melhor local para eles ficarem, mas ainda não foi definido o melhor local. O juiz de Lábrea compreendeu a situação e está dando mais um tempo, enfatizou o magistrado.

MG – Quilombolas que vivem na Granja Werneck terão direitos garantidos
SÍTIO O ESTADO DE MINAS, 23.09.2014



Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) está firmado para garantir o tratamento diferenciado à comunidade Mangueiras

Luana Cruz, Estado de Minas

Cerca de 19 mil descendentes de um casal de lavradores negros, que carregam cultura e história em Belo Horizonte e vivem na região da Granja Werneck, terão direitos garantidos na permanência e uso do território que ocupam. O Quilombo do Mangueiras, um dos três quilombos urbanos da capital mineira reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, receberá medidas compensatórias depois da implantação de empreendimentos imobiliários na área. Um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para garantir o tratamento diferenciado à comunidade foi firmado entre o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Comunidade Quilombola de Mangueiras, as construtoras que investem na região, a Prefeitura de Belo Horizonte e a Fundação Municipal de Cultura.

Os remanescentes do Quilombo de Mangueiras ocupam terras na região norte, na divisa com Santa Luzia, desde a segunda metade do século 19. Eles são descendentes do casal de lavradores Cassiano e Vicência, que usavam as terras da mata do Isidoro para o seu sustento. Há mais de 120 anos, seis gerações assistiram à expansão de BH, principalmente do Vetor Norte e dos bairros do entorno.

CONT.



De acordo com o chefe de substituto do Serviço de Regularização de Território do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Antônio Carlos da Silva, o processo de certificação do território Mangueiras ainda está em andamento, assim como o Quilombo Luízes, no Bairro Grajaú. Em ambas comunidades, o Incra já fez estudos antropológicos que comprovam a descendência e manutenção da cultura quilombola. No caso do Quilombo Manzo, no Bairro Santa Efigênia, o estudo ainda será feito. Dessa forma, apesar de reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares, nenhum dos territórios tem regularização pelo órgão federal.

RECONHECIMENTO

O MPF está desde 2010 empenhado em ações para garantir os direitos do Quilombo Mangueiras. De acordo com a procuradoria, nos últimos anos, a comunidade vem sofrendo ameaças de perda de território pelo crescimento da cidade e por obras de urbanização realizadas no entorno do perímetro definido no Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) elaborado pelo Incra. Dos 387 mil metros quadrados do território original em que viviam no século 19, restam-lhes atualmente apenas cerca de 195 mil. Ainda segundo o MPF, a área, que até pouco tempo era desvalorizada por estar em uma das regiões mais pobres da capital, tornou-se alvo de cobiça após a implantação da Cidade Administrativa, situada a cerca de cinco quilômetros da terra quilombola.

A PBH também começou a implantar um projeto de urbanização denominado Operação Urbana do Isidoro, que, entre outras intervenções, prevê a construção de o empreendimento imobiliário Granja Werneck, com a construção de 13.140 unidades habitacionais (pelo programa do governo federal, Minha Casa Minha Vida). Conforme o MPF, há também proposta de construção de uma via pública que irá interligar a Avenida Cristiano Machado e a MG-20, ambos utilizando parte do território de Mangueiras.

TRATAMENTO DIFERENCIADO

Com o TAC, a comunidade deverá receber tratamento diferenciado durante o licenciamento ambiental do Condomínio Granja Werneck. A procuradoria tentou com o ajustamento de conduta garantir prevenir os danos socioambientais a que estarão expostos os remanescentes.

“Ao reconhecer que a Comunidade de Mangueiras é titular da área delimitada no processo de regularização fundiária em tramitação no Incra, os empreendedores e o Município de Belo Horizonte também reconhecem que precisam observar todos os direitos decorrentes dessa condição, implantando medidas mitigadoras e compensatórias dos danos que advirão das obras. Os empreendedores se comprometeram a realizar o Inventário Cultural da Comunidade, bem como seu posterior Plano de Salvaguarda, associado ao Plano Participativo de Gestão e Manejo Ambiental do território”, afirma o procurador da República procurador regional dos Direitos do Cidadão substituto, Helder Magno da Silva.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Segundo o MPF, entre as 26 medidas mitigadoras e compensatórias previstas no TAC está a cessão de área contígua ao território quilombola e de dimensão equivalente, no mínimo, à área

CONT.



que será utilizada para a construção da alça viária da Via 540, e a obrigação de viabilizar, aos membros da comunidade, o livre acesso às áreas verdes e demais espaços de uso comum, dentro dos limites do empreendimento, para a realização de suas atividades tradicionais, culturais e religiosas.

Outras medidas de natureza socioambiental consistem na reestruturação da rede de esgotamento sanitário, na recuperação e melhoria das nascentes e matas ciliares existentes na área e na construção de novas residências, cujos projetos deverão ser elaborados juntamente com a comunidade. Também deverão ser tomadas providências para a melhoria total das vias de acesso à comunidade, com a instalação de equipamentos urbanísticos como iluminação pública, calçamento e rede de escoamento das águas pluviais.

Os empreendedores ainda se comprometeram a elaborar e desenvolver projetos de educação de patrimônio cultural e ambiental destinando-os às localidades e bairros vizinhos ao Quilombo de Mangueiras, incluindo as escolas da região. Por sinal, outro compromisso é o de promover a inserção de jovens e adultos da comunidade quilombola em cursos técnicos de nível médio ou cursos profissionalizantes, a partir de levantamento prévio de suas demandas.

PUNIÇÃO

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas no TAC resultará na suspensão imediata das autorizações concedidas pelo Iphan, no processo de licenciamento ambiental do Condomínio Granja Werneck, quanto às licenças prévias e de implantação do empreendimento. Os responsáveis por eventual descumprimento também estarão sujeitos ao pagamento de multa diária no valor de cinco mil reais.

OCUPAÇÕES

Nos últimos meses, a região do Granja Werneck esteve em pauta por causa do processo de reintegração de posse da área ocupada por três comunidades: Vitória, Esperança e Rosa Leão. Há decisão judicial para retirada de quase 8 mil famílias do terreno. Segundo o Frei Gilvander, assessor da Comissão Pastoral da Terra, continua o processo de negociação para barrar o despejo. Na tarde de quinta-feira haverá uma reunião com as coordenações, advogados e a procuradora Gisela Saldanha, do Ministério Público, que está fazendo a mediação com as construtoras.

(Com informações de Cristiane Silva)



Irregularidades suspendem votação de licença para minerodutos em MG

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

No dia 18 de Setembro foi suspensa a votação de dois projetos minerários em Minas Gerais: o Minas- Rio, da Anglo American, e o Morro do Pilar da Manabi. Ambos são compostos por mina, mineroduto e porto, e irão impactar dezenas de municípios de forma sinérgica.

A Unidade Colegiada do Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais no Jequitinhonha (URC-Jequitinhonha) avaliaria a concessão da L.O (Licença de Operação) para a mina do projeto Minas-Rio e a (L.P) Licença Prévia do projeto Manabi. Neste último caso, o projeto foi retirado de pauta em função de uma anuência concedida pelo Ibama e considerada inválida, já que a supressão de Mata Atlântica é proibida por lei federal. No caso do projeto Minas-Rio, a votação se manteve, mesmo com recomendação ao contrário emitida pelo Ministério Público Federal. Porém, durante tenso debate, em que técnicos da SUPRAM foram acusados de mentir pelos atingidos indignados com respostas dadas aos questionamentos feitos, o promotor Felipe Faria de Oliveira, do MPE e membro da URC, pediu vistas ao processo.

Além da L.O da mina, a Anglo American precisa ainda de licença do IBAMA para operar o mineroduto e do Estado do Rio de Janeiro para colocar o porto em funcionamento.

Os moradores das 32 cidades por onde passa o empreendimento fizeram forte pressão nos últimos dias contra o licenciamento, e contestam os fortes impactos ambientais que vem sofrendo em decorrência do empreendimento. Recentemente houve uma grave mortandade de peixes em um dos rios das áreas afetadas pelo empreendimento nas comunidades do entorno de Conceição do Mato Dentro. Os moradores alegam que a mineradora não corrigiu os danos causados pelo projeto.

O empreendimento deverá retornar para votação na próxima reunião ordinária da Supram, nesta segunda-feira, 29 de setembro.

Em relação ao caso MANABI, pela terceira vez consecutiva houve adiamento da votação do licenciamento. Há recomendações do MPE e do MPF para a não concessão da LP visto irregularidades e falta de informações, como a ausência de estudos acerca dos impactos sobre as comunidades tradicionais e quilombolas da região, assim como os impactos cumulativos e sinérgicos dos dois minerodutos na bacia do Rio Santo Antonio.

Fonte: Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais



Luta contra a demarcação de terras indígenas. Prioridade da CNA

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.09.2014

Ao visitarem a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em agosto, os presidentiáveis receberam uma carta da entidade com cobranças por mais incentivos e financiamentos para agricultores, mais investimentos em infraestrutura e uma solução para problemas ligados à demarcação de terras indígenas

João Fellet – BBC Brasil

Segundo assessores da CNA, o último ponto – presente em capítulo que defende a “segurança jurídica” no campo – é o mais importante da lista.

O órgão quer que o próximo presidente mantenha a decisão tomada no governo Dilma de suspender a demarcação e a ampliação de terras indígenas; passe a comprar áreas para atender as demandas dessas comunidades; e retire da Funai (Fundação Nacional do Índio) a atribuição de identificar e demarcar esses territórios.

Dentre os três candidatos principais, Aécio é quem se mostra mais alinhado com o setor. Embora o site de sua candidatura não trate especificamente da questão indígena, ele diz que em seu governo fazendas invadidas não serão desapropriadas por dois anos.

Na CNA, ele afirmou ainda que a Funai passará a dividir suas funções com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), estatal vista com bons olhos pelo agronegócio.

O site da candidatura de Dilma não trata do tema. No primeiro debate entre os candidatos, ela afirmou que o conflito entre índios e agricultores deve “ser resolvido de forma a preservar interesses de todas as partes”.

Marina é a única a abordar o tema em seu programa de governo. Ela se compromete a “estabelecer mecanismos de gestão de conflitos para finalizar a demarcação de Terras Indígenas, como previsto na Constituição Federal.” Ela não detalha, porém, como esses mecanismos funcionariam.

Diante do acirramento dos conflitos em áreas em demarcação nos últimos anos, o governo federal criou mesas de diálogo lideradas pelo Ministério da Justiça e compostas por índios, donos de terra e autoridades locais. Até agora, no entanto, não se chegou a nenhuma saída para os impasses.



Frente da Agropecuária comemora decisão do STF que invalidou demarcação indígena
SÍTIO O REPORTER, 23.09.2014

BRASÍLIA (Agência Câmara) - A Frente Parlamentar da Agropecuária comemorou decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) que invalidou a demarcação de área indígena em uma propriedade rural no Mato Grosso do Sul (RMS 29087).

Por maioria de votos, a 2ª Turma do STF acatou mandado de segurança do proprietário, contrariando entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) segundo o qual esse instrumento jurídico não seria adequado para questões mais complexas.

O mandado de segurança pode ser usado quando pessoa física ou jurídica sofre violação de direito ou teme sofrê-la por parte de alguma autoridade.

No caso em questão, a área foi reconhecida como Terra Indígena Guyraroká pelo Ministério da Justiça (Portaria 3.219/09). O entendimento é de que índios guarani-kaiowá ocupavam tradicionalmente a área até serem expulsos no processo de colonização de Mato Grosso do Sul.

Para o ministro do STF Celso de Mello deve-se, no entanto, considerar a data de promulgação da Constituição, 5 de outubro de 1988, como marco temporal para análise de ocupação indígena. O ministro lembrou que os guaranis-kaiowás residiram na área em disputa até o início da década de 40.

O marco temporal de análise foi anteriormente indicado no julgamento da demarcação de outra terra indígena, a Raposa Serra do Sol, em Roraima.



Com atraso de 3 anos, julgamento da morte de índio pode levar 60 meses

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.09.2014

No próximo dia 18 de novembro, a morte do cacique guarani-kaiowá Nízio Gomes completa três anos e o processo que apura o envolvimento de 19 pessoas no assassinato do líder indígena terá as primeiras audiências nesta quarta (24) e quinta-feira (25). As testemunhas de acusação serão ouvidas no Fórum de Ponta Porã, distante 323 quilômetros da Capital e todo o processo de oitiva pode levar até cinco anos.

O processo tramita desde janeiro de 2012, quando a denúncia do MPF (Ministério Público Federal) foi aceita pela Justiça Federal. Nízio desapareceu no dia 18 de novembro de 2011, durante confronto entre índios e seguranças de produtores rurais, na Fazenda Nova Aurora, em Aral Moreira, distante 364 quilômetros de Campo Grande. Testemunhas e a investigação policial afirmam que o cacique foi morto a tiros por pistoleiros e o cadáver ocultado.

No último dia 24 de julho desse ano, a data das primeiras audiências foram designadas pela Justiça. Serão ouvidas neste quarta-feira as testemunhas Dilo Daniel, Simone Lopes, Valmir Gonçalves Cabreira, Roseli Daniel e Ruth dos Santos Martins. As oitivas começam às 14 horas no fórum de Ponta Porã.

Na quinta-feira serão ouvidas as testemunhas Luis Antônio Ebling do Amaral, Paloma Brígido Machado Alves e Juliana Mello Vieira. Também serão ouvidos os informantes Jhonataon Velasques Gomes, Adesildo Brites e Diorge Peloi.

Desde o início da semana, lideranças da Comunidade Guaiviry, que reivindicam há anos a demarcação de terras entre Aral Moreira e Ponta Porã, estão reunidas. O grupo de lideranças deve protestar em frente ao fórum durante os dois dias de audiência para mobilizações e rezas. Nízio desapareceu no dia 18 de novembro e investigação concluiu que ele foi assassinado (Foto: Arquivo Pessoal) Nízio desapareceu no dia 18 de novembro e investigação concluiu que

O advogado do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Luiz Henrique Eloy Amado, afirma que em razão da quantidade de acusados, já era esperada a demora na oitiva das testemunhas. "Nós já imaginávamos que seria em 2014 porque a denúncia do ministério público foi feita em 2012 e são muitos acusados, alguns continuam presos e outros estão com medidas cautelares e respondem em liberdade", diz.

A previsão é que a fase de instrução, como é conhecida judicialmente o período de oitivas de testemunhas e réus, demore pelo menos mais cinco anos para ser concluída. Entre os 19 acusados há agricultores, advogado, funcionário público, servente de pedreiro, donos e funcionários da empresa Gaspem segurança, com sede em Dourados.

Para o MPF, a Gaspem é uma milícia privada que opera "de forma indiscutivelmente ilícita". A
CONT.



investigação revelou que a empresa chegava a receber R\$ 30 mil para cada desocupação violenta. Seguranças eram contratados para intimidar e aterrorizar as comunidades indígenas. A empresa foi fechada em março deste ano pela Polícia Federal

Dos 19 acusados, três respondem por homicídio qualificado, lesão corporal, ocultação de cadáver, porte ilegal de arma de fogo e corrupção de testemunha. Outros quatro por homicídio qualificado, lesão corporal, ocultação de cadáver, porte ilegal de arma de fogo e 12 por homicídio qualificado, lesão corporal, quadrilha ou bando armado e porte ilegal de arma de fogo.

Ação e morte – De acordo com a denúncia do MPF à Justiça, a comunidade indígena ocupou a área de mata da fazenda em 1º de novembro de 2011. Depois disso, um grupo, que conforme a denúncia agia a mando de produtores rurais, começou a planejar a retirada dos guarani-kaiowás.

A ação foi colocada em prática na madrugada do dia 18 de novembro. Segundo o MPF, ao chegar na trilha que dá acesso ao interior do acampamento, o grupo abordou o cacique Nízio Gomes, que na época tinha 55 anos, e ele resistiu à ação.

O confronto mais intenso começou a partir daí e Nízio Gomes acabou baleado. O corpo do indígena até hoje não foi encontrado, buscas foram feitas até no Paraguai, após depoimentos, que depois foram definidos como “resultado de coação”, indicarem que o cacique vivia em uma comunidade paraguaia.



Alunos de História da Unesc conhecem tribo indígena

SÍTIO CLICATRIBUNA, 23.09.2014

redacao@atribunanet.com

A visita de alunos do curso de História da Unesc à tribo indígena Xocleng/La klanó, no norte do estado de Santa Catarina, foi uma das ações que marcou os 100 anos de contato dos índios com a sociedade. O encontro ocorreu no último final de semana, na aldeia Barragem, no município de José Boiteux, região de Ibirama. O grupo de alunos foi recepcionado na aldeia pelo assistente de educação da escola indígena da aldeia, professor Abrãao Kovi Paté, que levou os estudantes para conhecer a história da tribo antes e depois do contato com as pessoas de fora, através de maquetes, banners e murais.

“O maior problema enfrentado pelos índios, atualmente, é a Barragem Norte, que foi construída para diminuir as cheias no baixo vale do Itajaí e dividiu a aldeia, causando inundações frequentemente. Os índios lutam para que as pessoas conheçam sua história e deem mais visibilidade para seus problemas. Apesar do descaso e preconceito, os índios lutam para fortalecer sua identidade falando entre si apenas na língua tradicional, procurando evitar o casamento interétnico, resgatando o artesanato e a antiga religião xamânica e naturalista”, comenta o professor da Unesc João Batanolli, que acompanhou os estudantes.

“O que percebo é que a luta não terminou. É uma constante batalha. Ficou claro que nisso tudo eles só perderam, não ganharam nada. Senti que os mais velhos são mais abertos e contam mais suas histórias. O meu sentimento é que a sociedade acorde, preste atenção e saiba dar o devido valor”, lembra a aluna da quarta fase do curso de História da Unesc Ana Flávia Siqueira Bonadiman.

A visita foi organizada pelo curso de História e supervisionada pelo coordenador do curso, professor Paulo Sérgio Osório. Os alunos da quarta, segunda, sexta e oitava fase conheceram a aldeia com orientação do professor Batanolli. O encontro foi resultado de um contato com o líder da tribo Copacan, que esteve na Unesc na 2ª Semana Indígena do curso, no primeiro semestre de 2014.

História e conquistas

O povo apelidado de “Xocleng” pelos colonizadores, na verdade sempre se autodenominou “La Klanó”, que quer dizer “nós que vivemos abaixo do Sol”. Era a etnia predominante na faixa intermediária entre o litoral e a serra, do norte ao sul do estado. Eles foram perseguidos e mortos, chegando perto do extermínio quando depois de anos de resistência se entregam ao contato com Eduardo Lima, que ficou conhecido como o “pacificador”. Restaram aproximadamente 200 indígenas no grupom, que veio para Blumenau em 22 de setembro de 1914.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

Atualmente, dois mil índios se dividem em oito aldeias entre os municípios de Dr. Pedrinho, Itaiópolis, Jose Boiteux e Victor Meireles. "Eles sofreram um intenso processo de aculturação dentro da rejeição e discriminação. Atualmente os indígenas buscam conquistar seu espaço alguns já possuem curso superior e mestrado, outro representante dos índios está na Universidade de Brasília, com doutorado", conta Batanolli.



Inkra conclui análise de contestações sobre valor da 'Terra Indígena Buriti'

SÍTIO MIDIAMAX NEWS, 23.09.2014

Diego Alves

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), emitiu uma nota informando que a última análise sobre a questão relacionada com o valor da chamada "Terra Indígena Buriti", em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, região leste de Mato Grosso do Sul, já está concluída e seguiu nesta terça-feira (23) para o Ministério da Justiça, em Brasília.

De acordo com o Instituto, o trabalho foi realizado para esclarecer dúvidas levantadas pelos fazendeiros, sobre o valor dos imóveis, incluindo na contestação, alegações de que a área faz parte da zona recomendada para agricultura intensiva.

De acordo com equipe técnica do Incra, que realizou o levantamento, os imóveis estão localizados em área recomendada para conservação dos recursos naturais e pastagens.

O assunto ficou polêmico e amplamente discutido pois a União, avaliou as terras em R\$ 80 milhões. Em maio os produtores contrataram uma consultoria para outro levantamento do valor das terras, o que resultou em R\$ 124 milhões.

A partir daí, surgiram descontentamentos em torno do valor de mercado obtido pelo Governo federal. Em agosto o Ministério da Justiça decidiu criar uma mesa técnica para analisar as contestações. Fez parte da análise o trabalho do Incra justificando o valor de terra nua pesquisado pelos técnicos do órgão.

O Incra afirma que a metodologia utilizada foi de acordo com a Norma Brasileira de Avaliação de Imóveis Rurais (NBR14653-1 e 3), que é amplamente utilizada em avaliações oficiais e não oficiais, assim como em perícias judiciais.

Ainda segundo o Instituto, o Anuário da Agricultura Brasileira (2014), especializada em análise do agronegócio, cita que o preço de terras para a região em questão que é formada com pastagem de baixo suporte, está de acordo com o valor encontrado pela equipe técnica do Incra".



Conferência Mundial dos Povos Indígenas termina hoje

SÍTIO O PROGRESSO, 23.09.2014

A Conferência Mundial deve resultar em um documento conciso

Do Progresso

Termina hoje, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, a Primeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, um dos eventos especiais de alto nível que fazem parte da 69ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Na ocasião, mais de mil delegados indígenas e não indígenas estão tendo a oportunidade de compartilhar suas perspectivas para a realização dos direitos dos povos indígenas, incluindo a continuação dos objetivos da Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A Conferência Mundial deve resultar em um documento conciso, orientado para a ação, sobre a implementação dos direitos dos Povos Indígenas e a promoção dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente e deve ser preparado pelo presidente da Assembleia Geral com base em uma consulta aberta e inclusiva com os Países-membros e os povos indígenas.

Pouco progresso foi feito no avanço dos direitos dos povos indígenas internacionalmente até a década de 1980, quando o Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas foi criado em Genebra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, abrindo caminho para que os povos indígenas mobilizassem os governos e a comunidade internacional para implementar seus direitos.

Em 1994, foi lançada a Primeira Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, seguida por uma segunda Década, que terá fim em dezembro deste ano. Durante essas duas décadas, a ONU e os povos indígenas conquistaram vários progressos significativos, como a Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de setembro de 2007.

A Declaração estabelece normas mínimas para a sobrevivência, a dignidade e o bem-estar dos povos indígenas do mundo. Ela também foi aclamada como um marco no reconhecimento dos direitos dessas populações em todo o mundo.



Pesquisa da FE mostra como escola indígena intervém na sua comunidade

SÍTIO JORNAL BRASIL, 23.09.2014

Os índios Kotiria, também conhecidos como Wanano, compreendem a escola como um bem comunitário. Lá, as decisões sobre os principais temas, como merenda, comportamento de professores, estudantes e temática das aulas, entre outros, são tratados pelas mães, pais, avós, estudantes, ex-alunos e docentes.

Entre 2011 e 2012, a pesquisadora Aline Abbonizio pôde observar a relação deste povo com a escola local. Os relatos e análises das visitas e permanências na comunidade resultaram na tese de doutorado Educação escolar indígena como inovação educacional: a escola e as aspirações de futuro das comunidades, defendida na Faculdade de Educação (FE) da USP.

Os Kotiria habitam a Terra Indígena Alto Rio Negro, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. Foi lá que, em 2011, Aline passou três meses na maior comunidade Kotiria, do lado brasileiro, em Caruru Cachoeira, onde vivem 33 famílias, cerca de 160 pessoas. "Mais precisamente, as comunidades Kotiria estão no alto rio Uaupés, na fronteira do Brasil com a Colômbia", conta a pesquisadora. "A maioria deles vive na Colômbia, no Departamento de Vaupés". A escola do povo Kotiria é pública, municipal e indígena. À época das visitas de Aline, contava com cerca de 110 estudantes no ensino fundamental e 17 no ensino médio. Em São Gabriel quase 90% da população é indígena. Aline conta que a construção da primeira escola de Caruru Cachoeira ocorreu na década de 1960 e, como toda escolarização disponível naquela região, era gerida por religiosos católicos da ordem dos salesianos.

Em 2012, a pesquisadora esteve em São Gabriel mais duas vezes. "Na primeira, fiquei apenas na sede urbana do município e entrevistei gestores das secretarias municipal e estadual de educação, e líderes da maior associação indígena da região, a Foirn, Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro", relata. No mesmo ano, retornou a Caruru Cachoeira e lá permaneceu por mais um mês, onde conheceu outras comunidades Kotiria mais ou menos próximas de Caruru.

Contrapartida

A permanência de Aline na comunidade, onde fez a coleta de informações para a pesquisa, teve como contrapartida a solicitação para que apoiasse as ações da escola, de docentes e estudantes, que foram chamadas de assessoria pedagógica. "A convivência e o trabalho junto àquela população me permitiu perceber a escola como centro de reflexão e intervenção sobre as condições de vida comunitária", descreve. "Pensar sobre o que deve ser feito para melhorar a escola está estreitamente relacionado com o que deve ser feito para melhorar a comunidade. Neste caso, os Kotiria têm uma escola que intervém diretamente sobre suas condições de vida".

O que deve ser feito para melhorar a escola está estreitamente relacionado com o que deve ser feito para melhorar a comunidade.

CONT.



Outro aspecto importante é a alimentação escolar. A escola mantém uma roça de mandioca e, com sua produção, prepara alimentos como farinha, beiju e caxiri, uma bebida fermentada. Para tanto, conta com o apoio e os ensinamentos das mães, pais e avós. Além disso, os Kotiria estão muito interessados em conhecer outras e novas técnicas de cultivo, tanto para resolver o problema da escassez sazonal de alimentos como para obterem algum excedente de sua produção e gerar renda.

Inquietação

Graduada em História, Aline trabalhou por um bom período com educação popular, de jovens e adultos pouco escolarizados. No mestrado em Educação, pesquisou um programa municipal voltado à educação popular, o Movimento de alfabetização de jovens e adultos de São Paulo (MOVA-SP). “Nesta trajetória, inquietava-me a costumeira desconexão entre escolarização e intervenção direta sobre condições de vida, sobre a melhoria da situação das pessoas envolvidas no processo de escolarização.”

Em 2007, passou a trabalhar com o professor Elie Ghanem, da FE, seu orientador no doutorado. “Ele vinha pesquisando iniciativas que atrelavam educação não-escolar a desenvolvimento local. Me identifiquei com a temática e fui percebendo que no âmbito propriamente escolar, das escolas públicas, eram raras as iniciativas que atrelavam ao fazer educacional a intervenção direta sobre a economia local”, conta. Foi quando Aline, já no doutorado, soube de algumas escolas de São Gabriel da Cachoeira apontando, justamente, para a proximidade entre objetivos escolares, ou seja, a definição de temas de estudo, de rotinas e de práticas, com as necessidades e demandas comunitárias.

Mais informações: email aline.abbonizio@gmail.com

Fonte: Agência USP de Notícias



Nota de repúdio do Povo Apinajé contra a proposta de criação do INSI
SÍTIO CIMI, 23.09.2014

Nós caciques e membros dos Conselhos Deliberativos, Fiscal e Consultivo e demais lideranças do Povo Apinajé reunidos na V Assembleia Geral da Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ, realizada nos dias 19, 20 e 21 de setembro do corrente ano na aldeia Patizal viemos por meio desta nota pública manifestar contra a proposta do MS de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena INSI, nos seguintes termos:

- a) A Saúde é um Dever do Estado e Direito de Todos;
- b) Nossas comunidades não foram devidamente informadas ou avisadas por nenhum órgão do Governo sobre a proposta de criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena;
- c) A proposta já sendo empurrada de cima para baixo de forma autoritária e sem ampla discussão com os representantes do Movimento Indígena e Indigenista;
- d) Os próprios servidores e a Chefe do Polo Base Indígena de Tocantinópolis (TO) afirmam não conhecer a proposta;
- e) Durante V Assembleia da Associação PEMPXÀ realizada na aldeia Patizal, o presidente do Conselho Local de Saúde Indígena Apinagé-CLOSIAP, José Ribeiro Apinagé afirmou ter sofrido ameaças e obrigado assinar um documento concordando com criação do INSI;
- f) Observamos que a proposta de criação do INSI foi pensada e discutida as escondidas somente por pessoas ligadas ao Ministério da Saúde e alguns membros dos CONDISI;
- g) Existem muitas perguntas que precisam ser esclarecidas: Quem e como vai ser feito o Controle Social? Como vamos ser representados no Conselho? Por que a proposta não está sendo discutida com as bases?

Aldeia Patizal, 21 de setembro de 2014.

Associação União das Aldeias Apinajé - PEMPXÀ



Cansados de passar fome, 250 indígenas Kaiowá retomam parte do território ancestral de Kurusu Ambá

SÍTIO CIMI, 24.09.2014

A fome e a situação de extrema vulnerabilidade “vivida” por mais de 50 famílias Kaiowá ao longo das últimas décadas em um acampamento localizado próximo a cidade de Coronel Sapucaia no Mato Grosso do Sul levaram na tarde desta segunda feira, dia 22, cerca de 250 indígenas a retomarem uma pequena parte de seu território tradicional, conhecido como Kurusu Ambá. As famílias ocuparam porções de terra para poderem iniciar o plantio de seus alimentos e desta forma cessar a fome que há muito tem lhes açoitado, chegando inclusive, em inúmeras vezes, a tirar a vida de suas crianças.

Segundo relato dos indígenas, na tarde de segunda feira, um arrendatário foi até o limite da área que estabelece divisa entre a fazenda Auxiliadora e o local onde os Kaiowá estão acampados, enclausurados desde 2009 em uma diminuta área de reserva legal existente junto à fazenda. Nesta pequena faixa de mato, as mais de 50 famílias Kaiowa esperaram até a presente data pacientemente pela demarcação de seu Tekoha (território tradicional). O arrendatário então anunciou que novamente toda a área existente seria usada para o plantio por parte da fazendeira, não restando aos indígenas nenhum hectare de sua própria terra.

As famílias indígenas, de maneira absolutamente pacífica, impediram as pretensões do arrendatário e informaram que retomariam imediatamente a parte de Kurusu Ambá necessária para garantir minimamente a sobrevivência do povo Kaiowá. A partir de então os Kaiowa bloquearam as estradas que dão acesso à fazenda em protesto a situação de genocídio a que estão submetidos. Os próprios indígenas fizeram contato com representantes da Força Nacional de Segurança que integram a Operação Guarani com intensão de garantir a segurança da comunidade indígena e evitar conflito com possíveis (prováveis) pistoleiros.

Na manhã de ontem, dia 23, representantes da Funai e integrantes da Operação Guarani se deslocaram até o local dialogando primeiramente com os indígenas e posteriormente com o arrendatário, que foi encontrado nas imediações do acampamento. Os indígenas relataram a finalidade de suas ações e deixaram claro que apenas buscavam espaço para manter sua subsistência. Mediante a FUNAI e os membros da Operação Guarani ficou pactuado com ambas as partes que seria estabelecido um limite para que os indígenas pudessem plantar e que próximo a esta área não fosse utilizado veneno por parte do arrendatário. Esse acordo deveria ser mantido até que a FUNAI conseguisse uma posição oficial da esfera judicial.

Porém, no meio da tarde, longe da presença dos órgãos, o arrendatário voltou a adentrar o limite estabelecido e com um trator passou a pulverizar agrotóxico que chegou até a moradia dos indígenas. Frente a esta situação os Kaiowá expulsaram o arrendatário das imediações do acampamento, voltaram a protestar bloqueando as estradas que dão acesso a fazenda e determinaram o prazo de um dia para que o arrendatário e sua família deixem a área, garantindo que seus bens permanecerão intocados até que possam ser devidamente retirados.

CONT.



Os Kaiowá anunciam que desta vez não recuarão de sua decisão de retomar parte de sua área ancestral e que irão esperar a continuidade do processo demarcatório em condições dignas de vida, em posse daquilo que lhes pertence. Após estar estabelecida a retomada, na noite de ontem, um susto. Uma caminhonete estacionou na estrada, em frente ao acampamento dos indígenas e lá permaneceu. Os Kaiowá acreditaram em um primeiro momento que se tratava de um veículo de pistoleiros que realizavam uma vigília. Porém passando bastante tempo e constatando que não havia ninguém dentro do carro, os indígenas se aproximaram e o que encontraram foi carregamento pesado de drogas abandonado na estrada. Os indígenas temem que possa ser uma estratégia de criminalização a sua comunidade e voltaram a contatar novamente membros da Operação Guarani.

Há mais de dois anos atrás, os meios de comunicação da cidade de Amambai e da região têm registrado os estragos que a manutenção da monocultura de soja tem causado a estas famílias indígenas. Alijadas de sua terra, sofrem longos períodos de fome aguda, onde muitas vezes se alimentam apenas de farinha de mandioca e água. Além disso, são sistematicamente fatigados por doenças causadas tanto pela desnutrição quanto pela ingestão de água contaminada com fortes dosagens de agrotóxicos. O Cimi vem a quase uma década denunciando tal situação que seria facilmente evitada caso os indígenas ocupassem sua terra tradicional e tivessem acesso à água, remédios e alimentos, medidas que só dependem da vontade política do Governo Federal.

Para além das condições básicas de vida, esta situação ainda retira do povo Kaiowá a possibilidade de viver conforme seus costumes e tradicionalidade, colocando em risco a preservação de sua cultura e ferindo direitos constitucionais e sagrados deste povo. O Grupo de trabalho técnico (GT) da FUNAI foi instaurado ainda em 2008, porém, mesmo com o reconhecimento da tradicionalidade da terra indígena por parte do órgão indigenista, a demarcação não foi assegurada. A situação veio a piorar uma vez que procedimentos demarcatórios encontram-se paralisados por determinação do Governo Federal, deixando os indígenas sem expectativas de resolução pelas vias institucionais.

Os Kaiowá exigem a imediata continuação dos procedimentos demarcatórios em Kurussu Ambá por parte do Governo Federal e solicitam em caráter de urgência ao Ministério Público Federal e a Polícia Federal que todas as medidas para garantir a segurança das famílias sejam tomadas, tendo em vista o amplo histórico de violência contra os povos indígenas praticados por pistoleiros sabidamente ligados às fazendas locais. Desde 2007, quando começaram as tentativas de retomada de Kurussu Ambá, mais de 03 lideranças indígenas foram assassinadas à céu aberto e muitos outros, inclusive velhos e crianças pereceram expostos a diversos tipos de violência.

Um breve histórico da situação de violência sofrida pelos Kaiowa de Kurussu Ambá:

- A terra sagrada de Kurussu Ambá trata-se de um território tradicional imemorial do povo Kaiowa e passou a ser reivindicado através de retomadas por parte dos indígenas a partir de janeiro 2007. Na ocasião os indígenas foram expulsos de seu território pela ação de pistoleiros. Diversos indígenas foram espancados e tiveram seus corpos baleados e a rezadora Xurite Lopes, uma senhora de mais de 70 anos, foi assassinada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

- No mesmo ano, obstinados por recuperar seu território, os indígenas iniciaram novo processo de retomada e novamente tiveram uma liderança assassinada por pistoleiros. Desta vez foi o indígena Ortiz Lopes que acabou perdendo a vida na tentativa de devolver aos Kaiowa seu Tekoha.
- Em 2009, durante a terceira tentativa de retomada, com o GT da FUNAI já instaurado, Osvaldo Lopes foi também assassinado.
- A partir deste novo ataque sofrido os indígenas voltaram a viver em acampamentos de lona ao longo das rodovias e estradas existentes entre Amambai e Coronel Sapucaia em situação completamente desumana que gerou a morte de uma grande quantidade de crianças.
- Em novembro de 2009, os indígenas retomaram pela 4ª vez o pequeno pedaço de sua terra tradicional, ocupando uma pequena faixa de mato nos limites da reserva legal onde incide a fazenda Maria Auxiliadora. Sofreram processos de reintegração de posse porém sua permanência foi garantida por decisão do Tribunal Regional Federal da Terceira Região-TRF3.
- Apesar de estarem dentro dos limites do seu território os indígenas foram mantidos estes últimos anos em uma espécie de confinamento. Com a paralização dos procedimentos demarcatórios os Kaiowá ficaram alijados de sua própria terra, sobrevivendo de maneira desumana, sem sequer terem suas condições básicas de vida supridas.

Campo Grande, 23 de setembro de 2014

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)



Mulheres e indígenas ainda são sujeitos invisíveis nas candidaturas eleitorais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Natasha Pitts – Adital

Buscando promover um debate sobre as disparidades no processo eleitoral e no sistema político brasileiro, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em parceria com a Plataforma pela Reforma do Sistema Político, SOS Corpo e o Cfemea, apresentam as candidaturas às eleições deste ano, com análises do perfil dos candidatos a partir das estatísticas de raça, cor e sexo. Os dados estão no documento “Perfil dos Candidatos às Eleições 2014. Sub-representação de Negros, Indígenas e Mulheres: desafio à democracia”.

Carmela Zigoni, assessora política do Inesc, destaca os quatro pontos principais do relatório. O primeiro é a sub-representação das mulheres. Apesar delas serem maioria, em 2014, os partidos só conseguiram atingir o que é exigido por lei, ou seja, 30% do total de postulações. Do total de candidatos, de 25.919, apenas 8.008, o que equivale a 30,90%, são mulheres, e 17.911, ou seja, 69,10%, equivalem a homens. O resultado que surge desse quadro é que, predominantemente, o parlamento segue composto por homens brancos. Segunda Carmela, em 2010, os partidos nem mesmo conseguiram atingir os 30%.

“De partida, vê-se que a sub-representação de gênero na política já se faz presente no pleito: apesar de representarem 51,04% da população brasileira total, as candidatas mulheres correspondem a menos de um terço do total. A distribuição por partido, em geral, acompanha esse expressivo desequilíbrio; a maior parte dos partidos apenas cumpre a definição legal de cotas mínimas de 30% para mulheres”, destaca o documento.

O segundo ponto é a inexpressividade das candidaturas indígenas, são apenas 83 no Brasil inteiro. Destes, 27 são mulheres. Com relação aos cargos, os/as candidatos/as indígenas estão mais concentrados/as nas vagas para deputado/a estadual (51) e federal (24). Para cargos a Presidente da República, vice-presidente e governadores/as, não há nenhum indígena e, para o Senado, apenas três candidaturas.

O terceiro tópico destacado é que os jovens (até 29 anos) representam apenas 6,8% das candidaturas, quando sua proporção na população é de 51%. “Apesar disso, essa porção apresenta mais equidade de raça e gênero, pois entre os jovens 45,4% dos candidatos são negros (pretos e pardos) e 52,3% são mulheres”, destaca Carmela.

A assessora política do Inesc revela o quarto ponto: a candidatura de negros e negras. “Pode-se dizer que o número de candidatos/as negros/as nas eleições de 2014 é razoável, pois representam 44,20% das candidaturas. Dentro desse universo, são 30% homens e apenas 14,20% mulheres, mostrando, novamente, a sub-representação feminina”, aponta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

De acordo com Carmela, o relatório elaborado pelo Inesc mostra uma fotografia oficial da questão étnico racial no Brasil. “Esses dados refletem o retrato de uma sociedade preconceituosa, machista e patriarcal. Se as candidaturas de mulheres, indígenas, jovens e negros são reduzidas não é por falta de vontade de se impor no cenário político do país, mas porque essas candidaturas são as que recebem menos apoio e financiamento dos partidos”, revela.

Leia o documento na íntegra aqui

<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/inesc-lanca-o-perfil-dos-candidatos-as-eleicoes-2014-em-seminario-na-proxima-sexta-19-9>.



Estudo questiona viabilidade econômica de usinas do Tapajós

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Amazônia*

A viabilidade econômica do complexo hidrelétrico do Tapajós, maior aposta energética do governo para os próximos dez anos, é colocada em xeque por um estudo “paralelo” dos seus impactos socioambientais. Recém-concluído, o diagnóstico leva a chancela de 20 pesquisadores e surge em um momento crucial do licenciamento da usina de São Luiz do Tapajós – primeiro e mais importante projeto do complexo.

Mesmo no cenário “mais otimista” projetado pelo estudo, as hidrelétricas teriam grande dificuldade para se viabilizar financeiramente e seus empreendedores podem arcar com um prejuízo próximo de US\$ 1,5 bilhão. Para os pesquisadores, a simulação “mais realista” indica uma extrapolação de custos e um potencial de déficit bem mais preocupante, que alcançaria quase US\$ 10 bilhões. A diferença entre as duas projeções está no tempo das obras (cinco ou sete anos), no preço do megawatt-hora fixado para o leilão e no volume de energia negociado no mercado livre.

“A análise apontou a inviabilidade do empreendimento em ambos os cenários”, diz um trecho do estudo, organizado pelo professor do departamento de recursos hídricos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) Wilson Cabral de Sousa Júnior.

O time que assina o relatório “Tapajós – Hidrelétricas, Infraestrutura e Caos” reúne especialistas como Célio Bermann, professor do Instituto de Energia e Meio Ambiente da USP, Paulo Barreto, pesquisador-sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), e Telma Monteiro, diretora da Associação Terra Laranjeiras.

Além dos custos normalmente associados à construção de hidrelétricas, o estudo leva em conta também “externalidades socioambientais”, que não foram contempladas no EIA-Rima apresentado ao Ibama. A análise contempla, por exemplo, a necessidade de expansão da infraestrutura local para abrigar até 45 mil trabalhadores durante as obras.

Um dos custos associados à chegada desse contingente de operários é a construção de esgotamento sanitário na região. Outros cálculos englobam o comprometimento de atividades pesqueiras. Hoje, os pescadores capturam mais de 3.000 toneladas de peixes por ano. Também são estimadas as perdas de potencial exploração sustentável da floresta.

O estudo foi concluído pouco antes da entrega do EIA-Rima, que aumentou de 6.133 para 8.040 megawatts a capacidade instalada de São Luiz do Tapajós, além de ter elevado a previsão de investimento, de R\$ 18,1 bilhões para R\$ 30,6 bilhões.

Apesar de todas as incertezas, o Ministério de Minas e Energia chegou a anunciar o leilão da
CONT.



usina para o dia 15 de dezembro, apenas 150 dias após o governo ter requerido ao Ibama a licença ambiental prévia do empreendimento. Na semana passada, apenas quatro dias depois de ter feito o anúncio, teve que voltar atrás.

De fato, quando se analisa o tempo consumido no licenciamento dos demais grandes projetos hidrelétricos da Amazônia, o prazo da licitação da primeira usina do Tapajós parecia irreal.

Levantamento feito pelo Valor aponta que o tempo médio entre o pedido e a concessão da licença nas últimas quatro grandes usinas na região – Santo Antônio, Jirau, Belo Monte e Teles Pires – foi de 364 dias. Uma das partes mais importantes do EIA-Rima, o componente indígena – que mede o impacto do empreendimento sobre as comunidades atingidas – não foi incluído na documentação original, o que acabou inviabilizando a realização do leilão na data inicialmente planejada.

Como a Funai tem até 90 dias para avaliar o componente indígena, havia a possibilidade de o órgão só dar seu aval sobre o empreendimento às vésperas do leilão. Diante do calendário apertado, o ministério decidiu adiar o certame e não definiu nova data.

No relatório elaborado pelos pesquisadores, há contestações ao conceito de usina-plataforma, que o governo pretende testar pela primeira vez na hidrelétrica do Tapajós. Apresentado como revolução nas obras de grandes empreendimentos amazônicos, esse modelo – assim chamado em referência às plataformas marítimas de petróleo – envolve o deslocamento de materiais e de pessoal por via aérea e fluvial, diminuindo o impacto sobre o ecossistema da região. Para os pesquisadores, a falta de detalhamento do modelo pode transformá-lo em “mera peça de propaganda” e acarretar “completo descrédito” sobre suas intenções.

O relatório dos pesquisadores trabalha com as informações do inventário elaborado pela Eletronorte, que previa originalmente a construção de cinco usinas hidrelétricas e investimentos de US\$ 19,8 bilhões. Três delas, que constavam do planejamento inicial, foram abandonadas por questões ambientais e substituídas por projetos no rio Juruena (divisa entre Mato Grosso e Amazonas). Para os autores, isso não compromete os cálculos feitos.

*Fonte: Valor Econômico



Incra conclui análise, rejeita proposta de produtor e avalia terra em R\$ 80 mi
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Eduardo Penedo – Campo Grande News

O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) concluiu ontem (23) e já enviou a última análise sobre a questão relacionada com o valor da chamada "Terra Indígena Buriti", em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, região leste de Mato Grosso do Sul, para o Ministério da Justiça, em Brasília. O órgão rejeitou a proposta dos produtores rurais e manteve o valor da área de 15 mil hectares em R\$ 80 milhões.

O trabalho foi realizado para esclarecer dúvidas levantadas pelos fazendeiros, sobre o valor dos imóveis, incluindo na contestação, alegações de que a área faz parte da zona recomendada para agricultura intensiva.

Segundo a equipe técnica do Incra, os imóveis estão localizados em área recomendada para conservação dos recursos naturais e pastagens. O assunto vem sendo debatido desde o início deste ano quando foi realizada a avaliação pela União, no valor de R\$ 80 milhões.

As contestações por parte dos produtores rurais começaram em maio quando contrataram uma consultoria para outro levantamento do valor das terras, o que resultou em R\$ 124 milhões.

Em agosto, o Ministério da Justiça decidiu criar uma mesa técnica para analisar as contestações. Fez parte da análise o trabalho do INCRA justificando o valor de terra nua pesquisado pelos técnicos do órgão.

Conforme consta no processo sobre a questão, a metodologia utilizada pelo Incra foi de acordo com a NBR14653-1 e 3(Norma Brasileira de Avaliação de Imóveis Rurais), amplamente utilizada em avaliações oficiais e não oficiais, assim como em perícias judiciais. Também O Anuário da Agricultura Brasileira (2014), especializada em análise do agronegócio, cita que o preço de terras para a região em questão que é formada com pastagem de baixo suporte, está de acordo com o valor encontrado pela equipe técnica do Incra".



DPU solicita correção em edital de estudo do Incra sobre Rio dos Macacos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.09.2014

Âmbito Jurídico

A Defensoria Pública da União (DPU) na Bahia solicitou na tarde de sexta-feira (19) à Justiça Federal uma determinação para que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) corrija o edital publicado no Diário Oficial da União (DOU) no dia 26 de agosto. De acordo com o defensor público federal Átila Ribeiro Dias, houve descumprimento da decisão liminar proferida pela 1ª Vara Federal, pois o documento divulgado na edição 163, Seção 3, página 106 do D.O.U. não está em conformidade com o relatório feito pelo instituto, favorável à comunidade quilombola Rio dos Macacos.

Pendente de publicação, mas conhecido desde 2012 pela comunidade e pelos órgãos envolvidos no caso, o estudo havia considerado como terreno quilombola da comunidade Rio dos Macacos área de aproximadamente 300 hectares. O defensor questiona a delimitação de 104 hectares disposta no edital, exatamente o espaço proposto pelo governo – e não aceito pela comunidade – na última audiência pública ocorrida em maio deste ano na sede do Ministério Público Federal.

“Há um claro descumprimento da decisão judicial, que determinou a publicação conforme os ditames legais, uma vez que o inciso III do art. 11 da IN 57/09 traz expressamente que as informações publicadas no edital devem ser aquelas trazidas no Memorial Descritivo. Assim, não obstante o memorial descritivo delimitar a área ao total de 301,3695Ha, o edital publicado apenas trouxe as informações de uma área de 104,0806Ha”, pontuou o defensor.

Além do edital, foi publicada na mesma edição do Diário Oficial a resolução 16 do Conselho Diretor do Incra que ratifica o perímetro menor como a área passível para regularização. Segundo o defensor, esse ato administrativo deveria ser posterior à publicação do edital e ao período de contestação deste pelos interessados – Marinha e moradores da comunidade.

“Ao publicar um edital e uma resolução que violavam o disposto nos regramentos sobre a matéria e que reduziam consideravelmente a área passível de titularização, e informar o cumprimento da decisão liminar quando, em verdade, não houve o seu cumprimento, a Ré agiu de má-fé, fornecendo uma informação inverídica e buscando induzir o juiz e as partes a erro”, afirmou Dias, ao solicitar à Justiça a anulação da resolução e a publicação do RTID [Relatório Técnico de Identificação e Delimitação] nos termos do comando judicial.

Pelo edital publicado, a comunidade tem 90 dias para apresentar contestação. Sendo da esfera administrativa, esse ato independe da atuação da Defensoria.

Pedido de publicação

CONT.



A publicação do edital do relatório foi determinada pela juíza federal Arali Maciel Duarte, da 1ª Vara Federal de Salvador, em junho deste ano. A decisão judicial foi motivada pela ação civil pública ajuizada pela Defensoria em conjunto com o Ministério Público Federal.

Assinada pelo defensor federal Átila Ribeiro Dias e pelo procurador da República Leandro Bastos Nunes, a ação solicitou, em nome dos princípios da Razoabilidade e da Eficiência, a publicação do relatório para dar prosseguimento a um processo administrativo longo, que possui várias etapas. Uma das fases mais demoradas é o envio do relatório para análise de diversos órgãos, como a Fundação Palmares, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Além da publicação do estudo, as instituições solicitaram que o Incra conclua todo o processo administrativo, que vai até a delimitação, demarcação e a titulação das terras, em prazo razoável.

“Existe o processo judicial, a ação movida pela Marinha, e existe esse processo administrativo parado no Incra. A Administração Pública deve dar publicidade aos seus atos. Se o Incra reconheceu a comunidade como remanescente de quilombo, isso tem que ser publicado. É injustificável a demora na publicação do RTID, pois isso somente está servindo para acirrar os conflitos entre a Marinha e a comunidade. Felizmente a Justiça acolheu a nossa tese”, explicou Dias ao comentar, na época, a decisão da Justiça pela publicação do estudo.

Estudo na área

A elaboração do RTID, ato indispensável para a efetivação da delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pela comunidade foi solicitada em novembro de 2011 pela Associação dos Remanescentes do Quilombo Rio dos Macacos. O pedido originou o processo Incra 54160.003162/2011-57 para a instalação dos procedimentos relativos à regularização da propriedade. Oito meses depois, foi anexado ao relatório um parecer técnico conclusivo que decidiu pela legitimidade da reivindicação da comunidade.

A pesquisa de campo foi realizada em etapas, com reuniões, visitas e entrevistas com moradores, reconhecimento e mapeamento dos lugares relevantes para a vida passada e presente da população dentro do território. De acordo o defensor federal, depois de concluído, o RTID foi encaminhado à Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária para análise e manifestação e já deveria ter sido enviado para publicação, por meio de edital, por duas vezes consecutivas no Diário Oficial da União e no Diário Oficial do Estado da Bahia. Durante os últimos dois anos, a DPU e o MPF enviaram diversos ofícios pedindo informações sobre a fase do processo administrativo, mas não receberam resposta das autoridades competentes.

“Se o relatório tivesse sido publicado logo após a sua conclusão em 2012 e todos os outros atos tivessem sido realizados nos prazos determinados, o processo já poderia ter sido concluído. Se decidido pela titularidade das terras à comunidade, os títulos de propriedade já teriam sido emitidos”, afirmou Dias.



Estudo cita risco de desaparecimento de indígenas no Brasil e outros países

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 24.09.2014

Cepal destaca fragilidade demográfica dos povos nativos, que representam apenas 0,5% da população do país; média latino-americana é de 8,3%; povos nativos da Bolívia, Colômbia e Peru também sob risco.

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe, Cepal, diz ser prioritário resolver a fragilidade demográfica dos povos indígenas da região.

A entidade fala em "perigo de desaparecimento físico ou cultural, como observado no Brasil". No país, os povos nativos representam apenas 0,5% da população, ou 896 mil pessoas, segundo dados do censo de 2010.

Declaração dos Povos Indígenas

Os números estão num estudo da Cepal, divulgado esta segunda-feira durante a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, em Nova York. São 305 povos indígenas no Brasil, sendo que 70 comunidades têm menos de 100 habitantes.

Antes da divulgação do relatório, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, falou à Rádio ONU sobre os desafios para as comunidades indígenas. Ele está em Nova York para discursar na Conferência, que ocorre até esta terça-feira.

Direito Constitucional

"Mostrar a necessidade que nós temos, a partir da própria Constituição Federal de 1988, de assegurar os direitos dos povos indígenas, garantir os seus territórios, garantir a possibilidade da sua vida dentro daquilo que, evidentemente, se afirma como necessário nos valores da própria Constituição.

Mostrar que nós temos avançado bastante na parte de formulação de políticas, na saúde indígena, na parte da educação. Demonstrar em síntese que o Brasil cumpre o seu papel em respeito aos direitos constitucionalmente assegurados aos povos indígenas."

A Rádio ONU também ouviu a indígena Francisca Navantino, do povo Paresi do Mato Grosso. Segundo ela, a questão da terra é uma das mais importantes para os povos nativos.

"Para nós do Brasil, é muito importante essa declaração. Porque ela traz demandas que há muito tempo a nossa luta, do movimento indígena, tem sido pautada junto aos nossos governos.

Nós temos alguns desafios bastante pontuais, nós temos a questão da terra, a questão do território. Nós temos assim algumas implementações da própria constituição federal."

Suicídios

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

Outro destaque do relatório da Cepal é para "as cifras alarmantes do número de suicídios de jovens indígenas na Argentina, no Brasil e no Chile". Segundo o censo, os suicídios de indígenas representam 1% do total registrado no Brasil entre 2008 e 2012.

A Cepal cita como exemplo o Amazonas, com quase 5% da população formada por indígenas, que representam 21% dos casos de suicídio do estado. Situação semelhante ocorre no Mato Grosso do Sul.

Proporção

O estudo da Cepal diz que na América Latina existem cerca de 45 milhões de indígenas, representando 8,3% da população da região. O relatório fala em progressos no acesso à saúde e educação e na participação política.

De acordo com a Cepal, as mortes de crianças indígenas, menores de cinco anos, caíram entre 2000 e 2010 em nove países, incluindo Bolívia, Brasil e México.

A Bolívia é o país com a maior proporção de população indígena, com 62%, seguida da Guatemala com 41%. A Cepal disse que são 826 povos indígenas vivendo na América Latina, um aumento em relação ao último estudo feito em 2006.(Rádio ONU em Nova York)



Projeto de reflorestamento de áreas indígenas terá apoio da iniciativa privada

SÍTIO CORREIO DO POVO DO PARANÁ, 24.09.2014

Foi lançado oficialmente nesta semana um projeto experimental de reflorestamento em áreas de terras, localizadas nas aldeias indígenas de Nova Laranjeiras, Espigão Alto do Iguaçu e Laranjeiras do Sul. De acordo com a gerente administrativa e financeira da empresa Araupel, Renata Pisoni, os técnicos da empresa vão fazer um levantamento das áreas para ver a melhor forma de contribuir com o projeto. O apoio será dado na disponibilização de mudas e na assessoria técnica de plantio e o cultivo.

O cacique Sebastião Tavares disse que essa parceria vem em boa hora, pois a intenção é buscar novas parcerias para tornar a área produtiva, seja no cultivo agrícola, como o reflorestamento e a recomposição de mata nativa às margens de rios e nascentes.

O presidente da Cantuquiriguaçu e prefeito de Quedas do Iguaçu, Edson Prado "Jacaré", destacou que são várias as demandas e necessidades das aldeias, que são necessárias diversas ações públicas para amenizar alguns conflitos e a melhora da qualidade de vida desses povos.

Confira reportagem completa na edição desta quarta-feira no Jornal Correio do Povo.



iMIRA! Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas

SÍTIO BH EVENTOS, 24.09.2014

No dia 25 de setembro, às 19h, o Espaço do Conhecimento UFMG recebe a exposição iMIRA! Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas, mostra que reúne trabalhos de artistas indígenas de cinco países da América Latina – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Inaugurada em 2013 no Centro Cultural UFMG, a iMira! traz expressões artísticas variadas, como telas e esculturas, além de vídeos que contam a história da concepção das obras, propondo uma nova leitura. A exposição é resultado das pesquisas do núcleo Literaterras e de realização do Espaço do Conhecimento UFMG e da DAC - Diretoria de Ação Cultural da UFMG. A exposição estará aberta a visitas até o dia 4 de janeiro. A entrada é gratuita.

Pensar a construção do conhecimento a partir de outras perspectivas culturais é uma das propostas da exposição. A professora Leda Martins, Diretora da DAC - Diretoria de Ação Cultural da UFMG, enfatiza a importância da inclusão dos diversos olhares dos povos indígenas na produção cultural contemporânea.

"A bela exposição iMira! é parte das ações contínuas da UFMG na afirmação e inclusão dos indígenas em inúmeros projetos culturais, assim como em programas de ensino, extensão e pesquisa. A exposição se destaca por sua importância, originalidade e valor estético, e essa relevância é também evidenciada pela sua repercussão nacional e internacional, assim como pelos inúmeros convites que tem recebido para circulação por países da América Latina. iMira! nos permite realçar a urgência em incorporarmos os olhares, pensamentos e práticas dos povos indígenas aos circuitos de produção de conhecimentos acadêmicos, contribuindo efetivamente para a visibilidade e valorização que há muito merecem", destaca.

Para Maria Inês de Almeida, curadora da iMira!, a exposição traz um olhar contemporâneo sobre as obras dos artistas indígenas – que, embora tratem de temas ligados às suas respectivas culturas, não podem ser classificadas simplesmente como arte indígena.

"É um olhar sobre a obra, uma inserção dessa produção no cenário artístico contemporâneo. A partir delas o público terá acesso ao pensamento dessas populações sobre questões como guerras, espiritualidade e violência."

A curadora acrescenta que, para os povos indígenas, a ideia de produção da arte só surge a partir do contato com o mundo globalizado. "Porque antes, na cultura destes povos, a arte e a vida eram uma coisa só, não havia essa separação. Ao mesmo tempo, o olhar indígena está impresso em cada uma das obras, uma vez que são trabalhos que demonstram a integração dos artistas às suas raízes culturais."

O diretor científico-cultural do Espaço do Conhecimento UFMG, René Lommez Gomes, corrobora esse raciocínio em relação à natureza identitária dos trabalhos que integram a exposição e reflete sobre o processo de construção desta.



“É preciso entender que a ideia principal da iMira!, no momento da sua concepção, era fazer um mapeamento da produção artística indígena. Durante o processo, quando vieram informações sobre quem são esses artistas e como eles produziam seus trabalhos, algumas ideias pré-concebidas foram descartadas, a exemplo do conceito de que a arte indígena é uma ‘retomada de tradição’. É um aspecto presente, claro, mas o mais importante da iMira! é essa desconstrução que ela provoca, trazendo à tona a ideia de que esses indígenas não são ‘povos parados no tempo e isolados no mundo’. Eles são pessoas que mantêm identidades indígenas, mas vivem no mundo contemporâneo”, reforça.

René Lommez acrescenta ainda que o universo dos artistas que integram a mostra é complexo, e essa tradução está entre os desafios da mostra.

“Alguns deles ainda vivem em aldeias, nas suas comunidades, e outros já estão completamente inseridos no universo urbano, inclusive com formação universitária. Há alguma conexão com a tradição e as questões indígenas atuais, mas não é uma característica predominante e nem tão visível. Então, a iMira! contribui para a queda desses estereótipos”, diz.

Nova abordagem

Como se trata de uma exposição que já percorreu espaços como o Centro Cultural UFMG, a Casa da Cultura da América Latina da UnB e o Museu Nacional dos Correios, os dois últimos em Brasília, o retorno à capital mineira traz também uma nova abordagem da mostra.

“A iMira! é uma exposição fluida, que se adapta aos locais onde é recebida e, no Espaço do Conhecimento UFMG, ela terá um enfoque maior na construção dos saberes a partir do olhar dos artistas que registram suas visões de mundo. Quando foi inaugurada no Centro Cultural UFMG, o foco era a história dos povos indígenas; desta vez ela está mais centrada nas diversas formas de tradução do universo indígena para o mundo contemporâneo”, explica Maria Inês.

René Lommez fala da leitura feita pelo museu a partir da trajetória da exposição: “A iMira! vir para o Espaço agora é muito significativo. Como se trata de uma remontagem da exposição de 2013, não vamos simplesmente fazer a mesma exposição. O objetivo é tentar refletir um pouco sobre as novas questões que apareceram e sobre a própria circulação da exposição, e tentar dar um enfoque maior no processo de construção dessas obras. Além de expô-las queremos mostrar quem são os artistas, o que e como eles produzem”, enfatiza.

A nova montagem da exposição iMIRA! Artes Visuais Contemporâneas dos Povos Indígenas é uma realização do Espaço do Conhecimento UFMG e da DAC – Diretoria de Ação Cultural da UFMG.

Apoio: Núcleo Literaterras, Faculdade de Letras da UFMG e Centro Cultural UFMG

O Espaço do Conhecimento UFMG estimula a construção de um olhar crítico acerca da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 170/ 2014

Brasília, 24 de setembro de 2014.

produção de saberes através da utilização de recursos museais. Sua programação diversificada inclui exposições, cursos, oficinas e debates. Integrante do Circuito Cultural Praça da Liberdade, o Espaço do Conhecimento é fruto da parceria entre a operadora TIM e a UFMG e conta com o apoio da Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura da UFMG e da DAC – Diretoria de Ação Cultural da UFMG



Líderes indígenas são mortos e suspeitas recaem sobre narcotraficantes e madeireiros ilegais

SÍTIO ADITAL, 24.09.2014

Marcela Belchior
Adital

O homicídio de quatro líderes indígenas asháninka, da comunidade Alto Tacaya Saweto, situada na província peruana de Coronel Portillo, Departamento de Ucayali, próxima da fronteira com o Brasil, tem gerado forte repercussão entre os movimentos sociais. Eles suspeitam que o crime seja uma ação de narcotraficantes e madeireiros ilegais que atuam na região e ameaçam os direitos da etnia.

No início de setembro, Edwin Chota Valera (foto), Leoncio Quintisima Melendez, Francisco Pinedo Ramírez e Jorge Ríos Pérez, todos dirigentes da comunidade, saíram em viagem para participar de reunião com os asháninkas brasileiros, do outro lado da fronteira, quando foram abordados e mortos. No momento, os quatro haviam se separado do restante do grupo de indígenas para descansar e, depois, seguir viagem. Dando-se conta da demora dos companheiros em alcançar o grupo, um dos membros da comunidade retrocedeu caminho e encontrou os corpos, que não davam sinais aparentes das causas da morte.

Ao receber a notícia dos assassinatos, os membros de Saweto fugiram, apavorados. As quatro viúvas — geralmente as mulheres asháninkas não viajam sozinhas —, uma delas com sete meses de gestação, com seus sete filhos pequenos, empreenderam, então, viagem de bote até a cidade de Pucallpa para avisar as autoridades sobre o ocorrido. A travessia leva três dias e elas o fizeram quase sem comida.

Ergilia Ríos, Julia Pérez, Juanita Ríos e Lita Rojas chegaram ao município no último dia 8 de setembro e passaram a se proclamar publicamente representantes da comunidade. Elas demandam das autoridades justiça e reparação imediata, uma vez que, pela divisão de tarefas tradicional da cultura asháninka, uma mulher sem companheiro não tem como conseguir pesca nem caça, estando condenada ao desamparo.

As viúvas dos dirigentes também exigem presença policial permanente, negando-se a retornar ao seu território até que sua segurança esteja garantida. As indígenas também requerem a titulação oficial de seu território, argumentando que seus companheiros foram assassinados pela defesa de seu território para toda a comunidade e gerações futuras. Além disso, demandam das autoridades adequada implementação da integração transfronteiriça para combater o narcotráfico na região.

Segundo membros da comunidade, a presença estatal na região se limita a um posto de saúde e uma escola. Próximo a Saweto existe também uma base militar, que inclusive conta com aeródromo, mas as instalações foram abandonadas anos atrás. O único meio de comunicação

CONT.



da área é o rádio, que acaba sendo inseguro, porque seu sinal pode ser captado por qualquer interessado, inclusive por traficantes.

Povo indígena ashaninka

Nesse contexto, os líderes comunitários, encabeçados pelo seu presidente, Edwin Chota, vinham demandando a presença de autoridades estatais encarregadas de fiscalizar a extração de madeira, sem retorno. Além disso, estavam recebendo reiteradas ameaças por parte dos extrativistas ilegais e traficantes de drogas. (Com informações da Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos do Perú).

Providências do governo peruano

Após o crime, o governo peruano anunciou que deverá tomar uma série de medidas para combater o desmatamento ilegal, designando o general César Fourment como Alto Comissionado no enfrentamento da prática. Em nota divulgada no último dia 23 de setembro, a Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos do país avaliou que a providência é positiva na medida em que expressa a determinação do Estado contra esse tipo de crime, que atenta contra a biodiversidade e contra o direito das pessoas, em especial os povos indígenas e seus territórios.

"Além disso, abrange casos de tráfico de pessoas, evasão tributária, entre outras atividades delitivas, e uma competição desleal com as atividades de manejo florestal formal", destaca a Coordenadoria. O órgão público ressalva que, para encarar de maneira eficiente o tráfico de madeira, não basta estratégia militar e repressiva, mas o fortalecimento da institucionalidade florestal em nível nacional, regional e local, com ações de fiscalização e incentivo do manejo florestal sustentável, além da valorização dos povos indígenas e camponeses.

'Lu' representará os ruralistas e indígenas

SÍTIO DOURADINA NEWS, 24.09.2014



Ex-vereadora de Douradina, região sul de Mato Grosso do Sul, Lucilene Kerches de Menezes Barroquiel, a 'Lu' (PMDB), concorre para deputada federal. Engenheira agrônoma, cursando o 10ª semestre de Direito, quer representar e defender os direitos da classe no Congresso Nacional.

'Lu' também defende os direitos dos povos indígenas. "Quero ser a voz dos indígenas e levar a atual realidade das aldeias para Brasília. O índio precisa de dignidade, a Funai está inerte, não tem projetos de qualidade de vida, não tem projeto de reflorestamento para as aldeias, é preciso que se faça algo por eles", discursou.

Como vereadora, 'Lu' desempenhou um papel de oposição na Câmara Municipal de Douradina, foi responsável por diversas emendas, principalmente para o asfalto e infraestrutura do município. "Tenho compromisso, vou honrar o voto recebido, os sul-mato-grossenses serão bem representados em Brasília", finalizou.